



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 30 DE DEZEMBRO DE 2025**

Ata n.º 04

Aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de dezanove de dezembro, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Luna Silva; -----

Primeira Secretária: Jorge Paulo Vasques Loureiro; -----

Segundo Secretário: António Mariano dos Santos Henriques Maia Alves; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento da **Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Albufeira;** -----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento dos **apoios concedidos à Freguesia de Albufeira e Olhos de Água;** -----

PONTO QUATRO: Tomada de conhecimento da **atualização da Tabela do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira;** -----

PONTO CINCO: Tomada de conhecimento da **Informação semestral económica e financeira respeitante a 30 de junho de 2025;** -----

PONTO SEIS: Tomada de conhecimento da **Informação económica e financeira respeitante a 3 de novembro de 2025;** -----

PONTO SETE: Tomada de conhecimento da **atualização dos limites máximos do valor mensal da renda, por tipologia, constantes no Anexo IV do Regulamento para Atribuição do Subsídio de Arrendamento (RASA) a vigorar no ano de 2026;** -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação da proposta de Alteração/Retificação ao **Regimento da Assembleia Municipal de Albufeira;** -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à repartição de encargos da **Empreitada de Construção de Habitação na Quinta do Barros - Caliços**, com o preço base de 5 958.600,00€; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do **Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2026-2030, incluindo Mapa de Pessoal, Plano de Recrutamento e o Quadro Plurianual de Programação Orçamental;** -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das **Grandes Opções do Plano 2026-2030;** -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea nas alíneas o) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta dos **Apoios logísticos pontuais às freguesias do Concelho de Albufeira;** -----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do **Giro – Circuito de Transportes Públicos Urbanos – Participação de valores atualizados de passes para o ano de 2026**, até ao limite de 440 000,00€. -----

Presidente da Assembleia: “Antes de passarmos para os trabalhos que há aqui informações que devo transmitir a vossas Excelências, a Mesa neste momento está composta pelo executivo na pessoa do



Senhor Presidente da Câmara, na pessoa do Senhor Vice-Presidente Jorge Carmo, na pessoa da Senhora Vereadora Cristina Corado, que farão agora parte integrante desta Mesa da Assembleia Municipal. Informar ainda que a Assembleia Municipal já tem um site oficial, onde ficará disponibilizada toda a informação, nomeadamente a votação, editais, atas, composição e todos os grupos municipais. O link é: assembleia.cm-albufeira.pt, as contas dos membros da Assembleia Municipal já foram geridas e as passwords serão remetidas para os emails dos respetivos membros da Assembleia Municipal. Todas as informações serão colocadas no site, e aproveito para informar os munícipes que as inscrições de intervenção do público também poderão ser feitas no site da Assembleia Municipal. Aproveito também para informar que, quem precise de WIFI destas instalações é: “Albufeir@”. O púlpito terá águas para os munícipes e para os membros da Assembleia Municipal, quando estiverem a discursar. Informo ainda como já podem ver que, já temos o novo sistema digital, o tempo será contabilizado, o tempo do público, o tempo dos membros da Assembleia, a fotografia dos membros será exibida, assim como a menção dos grupos municipais, assim também como o tempo do Senhor Presidente e, à medida que iremos fazer a chamada dos membros iremos entregar o comando onde passará a ser feitas agora as contagens, por isso, vou solicitar ao Primeiro-secretário para que faça a chamada dos Senhores membros e das Senhoras membros da Assembleia Municipal.” -----

PRESENCAS: Luna Silva, Desidério Jorge da Silva, Carla Alexandra dos Santos Vieira, António Mariano dos Santos Henriques Maia Alves, Helena Maria Palhota Dias Simões, Jorge Paulo Vasques Loureiro, Domingos Manuel Martins Coelho, Alberto Esteves do Rego Saraiva, Margarida Maria Jorge Guilherme, Luis Manuel Correia Rodrigues, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Maria José Nobre Leote, Henrique Manuel Cabrita Coelho, Tiago Filipe Matos Costa Afonso Pais, Maria Isabel Rodrigues Gonçalves dos Santos Rodrigues, Otelo Guerreiro Cabrita, Flávia Rodrigues Pereira, Nuno Filipe Ricardo Cabrita, Nelson José Guerreiro Cachita, Hugo Miguel Isidro Aires, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água – Cláudio Marujo, de Ferreiras – Joana Mascarenhas, da freguesia da Guia – Dinis Nascimento e de Paderne – Rita Coelho. -----

Faltas: Ana Pífaro, Luis Afonso, Cláudia Raimundo e Raul Ferreira. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros e devidamente justificados, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Alberto Saraiva, Tiago Pais, Flávia Pereira e Rui Serôdio. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, Rui Celestino dos Santos Cristina e dos Vereadores, Jorge Manuel Aleluia Clemente Carmo, Maria Cristina Monteiro Rosquilha Corado, José Carlos Rolo, Cristiano José da Ponte Cabrita e Victor de Oliveira Ferraz. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), a Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

Presidente da Assembleia: “Caros membros, por trás do comando está a sinalização para registarem a vossa presença, carregam no botão azul, vou pedir para que o façam agora para que o Segundo-secretário consiga ver no sistema que todos registaram a presença. Depois, a votação também está explanada na parte de trás, votar a favor é no verde, votar contra é no vermelho e votar abstenção será no amarelo. O resultado das votações irá aparecer depois no ecrã. A Mesa, caso a Assembleia



não se oponha, quer apresentar um voto de pesar pelo falecimento do doutor Fernando Cabrita que, não obstante a sua carreira profissional como advogado, destacou-se pela sua participação cívica e política, enquanto membro desta Assembleia Municipal de Albufeira, assim como a sua determinação no poder local. Pergunto se alguém se opõe que se faça este voto de pesar.” -----

Não havendo oposição fez-se um minuto de pesar. -----

Presidente da Câmara: “Pedia que também fosse feito um minuto de silêncio pelo professor Artur Lara Ramos. Gostaria de fazer essa proposta à Mesa.” -----

Presidente da Assembleia: “Aceita a Mesa a proposta e pergunta se a Assembleia se opõe a este voto de pesar.” -----

Não havendo oposição fez-se um minuto de pesar. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Óscar Hilário: “Muito boa noite a todos, o tema que me traz aqui é a educação, e a manutenção e melhoramento dos equipamentos escolares, do concelho de Albufeira, obviamente. Todos estamos de acordo que este tema tem sido um tema secundarizado na sociedade portuguesa e que urge colocá-lo novamente no topo das prioridades. Devemos sempre ter em conta que, uma educação forte permite ter uma democracia que seja plural, forte, bem representativa e sobretudo consciente. O contrário, a falta dela produz regimes totalitários. Não sou eu que o digo, é a história. Fiquei alarmado quando vi via YouTube, a penúltima Assembleia Municipal, em que pude comprovar aqui a priorização que foi feita, de determinados temas e dos quais agora tentarei expô-los um pouco. Permita-me que faça muito brevemente a minha contextualização, eu fui professor da Escola Secundária de Albufeira, ingressei no ano dois mil, ainda durante a Presidência do colega José Carlos Rolo, e acabei por ficar lá oito anos e há quatro anos, fiquei colocado na Escola Secundária de Loulé, por opção, de onde o senhor Presidente é natural, como julgo saber. Fazendo um paralelismo relativamente aos dois equipamentos escolares, temos no caso de Loulé uma escola que preza pelo bom funcionamento, é uma escola nova, recente, com o auditório que é, de facto, fantástico, tem uma série de equipamentos que permitem que se faça uma educação que se permite que haja um rendimento escolar, quer por parte dos alunos, quer por parte dos professores, com um nível diferente do que assistimos nomeadamente na Escola Secundária de Albufeira, onde regresssei este ano, com todo o gosto, mas que assisti a uma evidencia que, de facto, entristece. A Escola Secundária de Albufeira passados vinte e cinco anos mantém-se igual e, quando digo igual é rigorosamente igual, temos um piso que, neste momento está a desfazer-se, o senhor diretor há quinze dias atrás quase caiu no seu próprio gabinete, temos um sistema de caixilharias que remontam ao século XX, onde não existe qualquer tipo de insonorização, pese embora que, exista um ar condicionado, também a questão térmica muitas vezes faz-se notar. De facto, é um panorama entristecedor, eu quase não queria acreditar no que vi. De acordo com o que eu vi, nos dados da CCDR Algarve, existe, de facto, vários avisos de concurso, vários apoios que podem ser feitos, inclusivamente com o apoio do PRR, apoios esses que terminam agora o prazo de candidatura, inclusivamente aqueles que ainda não iniciaram, como é o caso da Escola Secundária de Albufeira, que era um dos que estava na segunda linha de candidatura, relembro, teriam de fazê-lo até trinta de março. Também sabemos que a conclusão dessas obras teriam de ser feitas até dia trinta de junho de dois mil e vinte e seis. Portanto, uma das perguntas que eu faço é: vamos perder esta oportunidade



de ouro? Por último, queria só concluir, fazendo duas questões mais concretas, em termos de investimento e em termos de priorização, como aqui já referiu, de acordo com os vossos estudos, colocaremos de uma forma académica, de uma forma muito pragmática dois casos, o senhor Presidente considera que será mais bem investido um milhão de euros numa iniciativa como, por exemplo, o Carpe Nox, em que o investimento que dura quatro ou cinco horas e cujo retorno de investimento não será assim tão elevado, mas que eventualmente para o tecido empresarial de Albufeira ainda mais baixo é, ou preferia investir três a quatro milhões, como já se sucedeu em duas escolas do concelho, com verbas a serem ressarcidas pelo PRR. Qual seria a sua opção? A segunda, saber se aceita o convite de se dirigir à nossa escola, para uma visita que poderá ser feita por mim ou pelo senhor diretor da escola.” -----

Reinaldo Varela: “Senhoras e senhores, digníssima Mesa, boa noite, as minhas saudações à senhora Presidente, pela sua intervenção na penúltima Assembleia, não permitindo uma linguagem menos digna. Outra saudação ao ex-Presidente doutor Rolo e equipa, pela candidatura vencedora de Albufeira Cidade Europeia do Desporto dois mil e vinte e seis. Ao contrário do que muita gente pode pensar, devemo-lo ao doutor Rolo. Ruido, barulho, zona dos bares, a lei é para cumprir por todos, parece não haver dúvida. Vossa Excelência, Senhor Presidente, sabe que, a lei não é negociável, é coativamente, repito, coativamente imposta pela autoridade pública. Tenciona fazê-la cumprir? Na presidência do Doutor Carlos Silva e Sousa, a maior parte deve estar lembrada, foram instalados sonómetros para medir a intensidade do ruído dos bares, ligados à Câmara, para saber quem eram os prevaricadores. Foram sabotados? Não se sabe. A lei só permite X decibéis para o exterior, como vossas excelências sabem melhor do que eu. As autoridades deviam estar munidas de sonómetros para poderem agir, isto é, prova-se que, naquele local está a fazer-se um barulho que não está de acordo com a lei. A bem do turismo de Albufeira devemos reposicionarmos, não excluindo visitantes. Os residentes não devem perder a qualidade de vida e o bem-estar, estamos a falar de barulho. Para vossa informação, na Europa vinte por cento do turismo de alto rendimento, vinte por cento, repito, gera oitenta por cento de receita, é caso para pensar o que se pretende fazer com a balburdia, para não dizer outro termo. Agora, uma palavra que tenho dificuldade em entender, ética, o que é a ética? Talvez vossas Excelências me possam explicar. Estou-me a referir a uma senhora, que não conheço, que deve ter um currículo extremamente bom, que é irmã do Senhor Presidente. Isto é ética ou é não ética?” -----

Presidente da Assembleia: “Recebemos ainda uma inscrição do senhor Carlos Coelho, que não pôde estar presente nesta Assembleia Municipal, no entanto terá direito de resposta por escrito.” -----

Presidente da Câmara: “Boa noite a todos, cumprimentar os munícipes, cumprimentar os senhores deputados da Assembleia Municipal, cumprimentar a Senhora Presidente, cumprimentar todos aqueles que se encontram aqui nesta sala e que se encontram lá em casa. Relativamente ao senhor professor Óscar Hilário, a educação vai ser uma prioridade para nós, mas também já nos apercebemos que, relativamente ao PRR vai ser difícil ir buscar fundos, relativamente à Escola Francisco Cabrita e relativamente à ESA. Mas há o programa BEI, é regional e nós vamos tentar executar o quanto antes, ou seja, nós temos para a Escola Francisco Cabrita os cerca de sete milhões e para a ESA é um investimento muito mais profundo, estamos a falar de dezassete, dezoito milhões.

Nós sabemos que existe disponível para o Algarve quarenta e tal milhões, se nós concorrermos com estas duas candidaturas, com certeza, que só conseguiremos executar uma. O que eu pensei relativamente à ESA, era conseguir pelo menos executar alguma coisa, era dividir aquela requalificação em módulos, tentar fazer a divisão numa requalificação de um módulo de dois milhões, para pelo menos tentar ir buscar algum desse dinheiro, mas vamos ter de lutar contra o tempo mais uma vez. Temos de acabar os projetos, temos que submete-los, vamos ter de fazer outsourcing para ir lá buscar, para tentar submeter esse projeto, ou seja, vai ser mais uma dificuldade, algo que poderia estar assegurado e que não está. Isto é, fazendo eu a crítica ao anterior executivo, claramente, mas também como foi dito hoje na reunião de Câmara, a gente critica mas também temos de dar a mão à palmatória quando as coisas são feitas com dignidade. Relativamente à pergunta que me fez, ao tal milhão e duzentos mil da passagem de ano, eu não vou comparar porque são coisas diferentes, mas há um estudo da Universidade do Algarve, que diz que, este milhão que é investimento, nós somos ressarcidos em investimento acerca dos quinze milhões e qualquer coisa, ou seja, às vezes temos de fazer investimento para atrair pessoas na época baixa. Eu não estou aqui a defender com unhas e dentes, mas vou ter de ser sincero, até me agradou, por aquilo que já analisei relativamente à passagem de ano. Eu era para passar fora do país, não vou passar, vou passar aqui em Albufeira, porque eu quero analisar se vale a pena continuar ou não a fazer esse investimento. Na minha perspetiva, por aquilo que eu já vi parece-me que sim, mas tenho de avaliar, tenho que lá estar, temos de ver os custos, temos de ver os benefícios. Agora quando há um investimento de um milhão e qualquer coisa e, temos um playback de quinze milhões, no mínimo, isto é algo significativo. Se há outras prioridades, claro que temos outras prioridades, a habitação, a saúde, mas nós temos de colocar isto numa balança e tentar fazer o melhor possível relativamente a isto. Por isso, é claro que a educação tem de ser priorizado, e temos aqui os membros do Albufeira é Tua, que me têm alertado sempre para a educação e fazem-no muito bem e, denoto e, realço que a educação tem de ser valorizada. Relativamente à intervenção do Reinaldo Varela, deixa-me aqui um bocado confuso, vem valorizar a Cidade Europeia do Desporto, sabe que a Cidade Europeia do Desporto tem o seu valor, mas também sabe como é que se vence essa candidatura, não sabe? É com investimento, e não é de poucos milhões, são de vários milhões. Não estou a criticar, estou apenas a referir. E, também diz que a lei é para cumprir, uma pergunta que eu lhe faço, eu cheguei aqui no máximo há dois meses, e a culpa agora é minha que não se vê cumprir a lei? Mas, quem é que cá esteve estes vinte e tal anos? Isto até lhe fica mal essa pergunta, eu sei que você tem liberdade, tem a democracia pode vir cá fazer as perguntas que quiser, agora vir cá com insinuações do tipo que “a lei é para cumprir”. É claro que a lei é para cumprir, vou tentar cumprir da melhor maneira, mas os que cá estiveram o que é que andaram a fazer? Desculpe que lhe diga, esses nomes que foram colocados, pelo saudoso e respeitoso Carlos Silva e Sousa, de quem eu era amigo, e fez muito bem em ter colocado, é pessoa que eu honro, e que prezo bastante pela sua memória. Agora, então se for desvirtuado esses nomes de quem é a culpa? É minha, que cheguei agora?! Peço desculpa, mas não é. Iremos tentar resolver, iremos. Mas falou aqui numa questão, falou sobre a engenheira Sara Cristina, eu vou-lhe esclarecer, porque eu gosto de dizer as coisas os olhos nos olhos, a engenheira Sara Cristina desempenha funções na Câmara Municipal de Albufeira,



em regime de mobilidade. Porque nos termos da legislação aplicável, e mediante procedimento administrativo sustentado, na avaliação do mérito e das competências curriculares, que fique bem claro que não é uma nomeação política, é má fé afirmar nomeação política, o seu currículo permite comprovar as experiências e as qualificações adequadas às funções de adjunta da vereação, assegurando-se a observância dos princípios da transparência, de lealdade, rigor, na atuação municipal com a finalidade de assegurar a eficácia dos serviços em prol dos munícipes, ou seja, o processo e os respetivos fundamentos podem ser analisados e se alguém entender necessário, existe os tramites legais adequados para o efeito. Quem tiver dúvidas, pode recorrer aos meios administrativos legais ao seu dispor nos termos da lei, é isto que a lei diz. E, para que não restem dúvidas, fica aqui algumas referências das habilitações académicas e formação da engenheira Sara Cristina, licenciatura em engenharia civil, inscrita na Ordem dos Engenheiros, curso de especialização em Gestão Integrada de Ambiente, Segurança e Qualidade, ministrado pelo Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, curso de Especialização em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente, ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, curso de pós-graduação de Direito, Urbanismo e Turismo, ministrado pelo Instituto de Ciências Jurídico-políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Curso de pós-graduação e urbanismos em salvaguarda do património, ministrado pela Universidade do Algarve, e funções de engenharia civil na Câmara Municipal de Loulé, desde dois mil e sete. Entendem aqui o conhecimento e a experiência que a pessoa em causa tem? Eu sei que todos os Presidentes de Câmara gostariam de ter uma irmã qualificada como esta para trabalhar em prol dos munícipes, por isso fica aqui dada a resposta. Quem tiver dúvidas sabe o que tem a fazer, é tão simples quanto isso. “-----
Reinaldo Varela: “Parece que, não falei português, eu não disse que a culpa era do senhor sobre a lei do ruído. Eu perguntei se iria fazer alguma coisa. Quanto à engenheira, eu quando fiz a pergunta e quando questionei, e volto a questionar, o que é ética? Se alguém aqui dentro me disser que ética é isto, então aí estou de acordo. Mas eu não fiz nenhuma afirmação contra a senhora, só lhe perguntei que deve ser boa pessoa e que pode até ter um currículo do outro mundo, não é essa a questão. A questão para mim é ética. Obrigado.” -----
Presidente da Câmara: “Eu gostava que o senhor Reinaldo Varela me tivesse explicado a mim o que é que era ética para si. Porque para mim, está tudo dentro da lei, tudo cabimentado, é uma mais-valia forte e só tenho que agradecer ter pessoas leais, capacitadas e com vontade de trabalhar para limpar aquilo que tem de ser limpo. Porque pode ter a certeza de uma coisa, eu vou limpar esta Câmara Municipal de Albufeira, de todas as pessoas que não quiseram trabalhar e, que me quiseram afrontar o bom trabalho deste executivo, pode ter a certeza, escreva o que lhe estou a dizer.” -----
Reinaldo Varela: “Ser legal e ser lei, não quer dizer que seja ético, a ética sobrepõe-se.” -----
Presidente da Assembleia: “Senhor Reinaldo, os munícipes têm a palavra quando a Presidente da Assembleia der a palavra. Só lhe pedi para esperar para saber quanto tempo tinha para intervir de novo, porque eu sei que ainda tinha alguns segundos.” -----
Presidente da Câmara: “Relativamente à educação, queria dar mais informações, falei no BEI, ou seja, nós temos de submeter ao BEI a Escola Secundária de Albufeira até trinta de junho, porque há os tais quarenta e três milhões, como eu disse disponíveis para o caso do Algarve e é participado



a cem por cento aquilo que nós executarmos. A Escola Francisco Cabrita, é sessenta ou quarenta por cento, ou seja, participado em sessenta e, a candidatura é até trinta de junho de dois mil e vinte e seis. Ou seja, podemos tentar também para a Francisco Cabrita, mas não está nas prioridades muito urgentes, tem prioridade P3 ou P2 se não estou em erro, mas sei que não é prioridade um, por isso, nós temos de avaliar bem quais os fundos a que iremos recorrer.” -----

Helena Simões: “Só questionar a Mesa, referiu que o senhor Carlos Coelho se inscreveu mas não pôde vir e que enviou por escrito. Por norma, quando enviam por escrito é feita uma leitura sumária, beneficiando quase como se o mesmo tivesse cá estado. Ou isso ou enviar por escrito a informação ou pedido esclarecimentos que o mesmo fez. Como estamos na hora do público, gostaria que fosse feito uma leitura sumária.” -----

Presidente da Assembleia: “Senhora membro da Assembleia Municipal Helena Simões, entendo o seu pedido, embora o senhor munícipe não esteja presente a resposta será dada por escrito. No entanto, nada me põe que diga qual é o tema que o senhor munícipe trouxe, efetivamente é uma situação de um acidente que ocorreu numa rotunda e, do qual já fez a ocorrência a uma série de instituições, nomeadamente a Junta, GNR e que aguarda merecida atenção para este facto, mas não terei qualquer oposição de lhe enviar, depois, também por escrito e para os membros da Assembleia Municipal.” -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, a Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Desidério Silva: “Boa noite, eu queria partilhar e reforçar e subscrever os dois votos de pesar que aqui foram esta noite apresentados no início desta sessão. Como sabem, o professor Artur Lara Ramos foi um grande impulsionador do atletismo, quer no Algarve, mas, em particular no concelho de Albufeira. Não posso esquecer que, foi com ele que o Cross das Amendoeiras teve momentos de glória e muito prestígio. Também não esquecerei o seu apoio e o seu contributo para a recuperação da pista das Açoteias em dois mil e três, quando ela tinha acabado em Vilamoura e, portanto, após nós termos negociado o terreno, ele ajudou-nos a construir aquela pista e, a partir dessa data, tudo mudou, nomeadamente, houve o Campeonato Europeu de corta-mato feminino em que fomos campeões, houve depois, obviamente, um conjunto de atletas que singraram e que foram reconhecidos naquela pista e, isso elevou, de certa forma, o nome de Albufeira praticamente a todo o mundo. Era um condutor de homens, era um ser humano excelente e, portanto, eu acho que se perdeu um ser humano que nos últimos vinte e cinco anos foi sempre um grande amigo de Albufeira e, que muito nos ajudou para que hoje tivéssemos o prestígio que temos principalmente naquela prova. Depois, também queria deixar aqui uma palavra de reconhecimento e gratidão ao ser humano, ao político, o Doutor Fernando Cabrita, com quem partilhei muitas Assembleias Municipais, enquanto membro do executivo e, portanto, queria deixar aqui este reforço, porque sempre foi uma pessoa que fez da política, obviamente, uma causa justa e uma causa em que o respeito, independentemente das cores políticas era, digamos, sempre de uma forma muito saudável. Queria também subscrever o que o Senhor Presidente disse, no que diz respeito ao retorno da passagem de



ano, houve sim um estudo da Universidade do Algarve, aqui há alguns anos, em que vem dar exatamente esses resultados, que é um retorno muito próximo desse valor e, foi também dentro dessa sequência que, obviamente, se continuou a fazer aqueles espetáculos. Queria fazer aqui uma correção, se possível, os sonómetros foram colocados por mim e não pelo Dr. ° Carlos Silva e Sousa, em dois mil e doze, é apenas um pormenor.” -----

Helena Simões: “Boa noite a todos, sintam-se todos cumprimentados na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal e gostaria de vos dar a conhecer que, no passado dia quatro de dezembro, apesar de já ter sido referido aqui, através da Assembleia Municipal, solicitei um conjunto de esclarecimentos relativos à sessão de Câmara realizada a dezoito de novembro de dois mil e vinte e cinco. Concretamente, solicitei acesso a processos que foram retirados à data, foram retirados da ordem de trabalhos pelo Presidente da Câmara Municipal de Albufeira e que, por essa razão não chegaram a ser votados. Tratando-se de processos emanados pelos serviços DPGU, mormente no âmbito de obras particulares. Como tal pedido foi deferido pelo Presidente da Câmara, foi agendado a consulta com os serviços para dia dezassete de dezembro pelas nove horas. Não posso, contudo, deixar de referir que, essa consulta apenas me foi efetivamente concedida às dez e dez da manhã, o que implicou uma espera superior a uma hora, facto que registo apenas e só por uma questão de rigor institucional. Após análise da documentação disponibilizada e dos processos em causa, importa começar com uma nota de honestidade intelectual. Em muitos dos processos apreciados por mim e, que foram retirados da ordem de trabalhos à data, estamos perante sucessivos indeferimentos técnicos, processos densos em condicionantes legais, pareceres desfavoráveis e matérias que foram de forma recorrente, remetidas à consideração superior. Nestas circunstâncias, e aqui vem a honestidade intelectual, nestas circunstâncias e olhando com distanciamento e rigor jurídico, devo dizê-lo com clareza, provavelmente teria tomado decisões idênticas às que foram tomadas, não aprovando os mesmos e promovendo igualmente a sua remoção para uma análise mais aprofundada. A função fiscalizadora desta Assembleia, não se confunde com o exercício de julgamento retrospectivo desligado da realidade administrativa. Sim, Senhor Presidente estou a concordar consigo, não causa essa estranheza, chama-se honestidade intelectual, quem a tem e quem tem verticalidade concorda quando tem de concordar. A esmagadora maioria dos processos reflete limitações legais, objetivas e não decisões arbitrárias ou politicamente orientadas. Dito isto, não posso deixar de lamentar um espeto em concreto que, a meu ver, merece reflexão e correção futura, no meio deste conjunto de processos, e se não me falha a memória, eram qualquer coisa entre os vinte e sete e trinta processos, acabou por ficar para trás, ou pelo menos não ter sido dado seguimento claro um procedimento que os próprios serviços municipais admitem poder não depender de controlo prévio, por se tratar concretamente da colocação de caixas de correio. Se o Presidente quiser tomar nota até lhe digo exatamente o número de processo, pela numeração da sessão de Câmara, o número de processo é o número doze da referida sessão de Câmara, que se não me falha a memória, dezoito de novembro, mas já posso voltar atrás. Estamos aqui a falar de um ato de natureza manifestamente simples, de impacto urbanístico residual e cuja sujeição a controlo prévio suscita dúvidas técnicas internas nos próprios serviços. Até os serviços questionam a exigência desse controlo, algo não está bem no funcionamento do circuito decisório e, é aqui



precisamente nesta Assembleia que, esta Assembleia deve intervir e chamar a atenção do executivo, não para apontar culpas individuais, mas para exigir clareza, proporcionalidade e coerência administrativa. A burocracia excessiva quando aplicada atos de reduzida relevância urbanística não protege o interesse público, apenas desgasta-o. Cria desconfiança nos cidadãos, atrasa respostas e mina a credibilidade da administração local. Por isso deixo um apelo claro que situações desta natureza, recorde da natureza do processo número doze, das caixas de correio, sejam revistas, que se clarifique internamente quando existe ou não necessidade de controlo prévio e que se assegure que os procedimentos administrativos são proporcionais ao impacto real dos atos que regulam. Fiscalizar é isto, reconhecer quando as decisões são compreensíveis, tal como fiz Senhor Presidente, mas também sinalizar onde o sistema falha e pode e deve melhorar. É isso que os munícipes esperam de nós. Agora no que concerne as intervenções do público em geral, eu só gostaria, se calhar, e aderindo também à questão do estudo que existe no que concerne ao retorno do investimento na passagem de ano, eu gostaria de questionar ao Senhor Presidente que, se calhar, ou pelo menos era suposto tal investimento sair diretamente da taxa turística e, não do orçamento do município, porque existe uma taxa turística e, sendo uma taxa, juridicamente falando, tem que haver uma contraprestação. Pressuponho eu que esteja a sair dessa taxa turística. E aproveito para recordar o Presidente, porque, como disse e disse bem já algumas vezes, está cá há dois meses e foi um ónus que foi assumido pelo anterior executivo, não por este, mas foi prometida esta casa da democracia que fosse informada a Assembleia Municipal para onde foram canalizadas essas verbas e esses valores recuperados da taxa turística, porque digo e repito, juridicamente sendo uma taxa turística tem que haver uma contraprestação e o dinheiro não pode ser gasto noutro serviço que não exclusivamente turístico.” -----

Domingos Coelho: “Boa noite a todos os presentes, sintam-se cumprimentados e quem nos acompanha em casa. Eu tinha três questões, mas no decorrer da sessão permita-me a Mesa fazer três referências a questões que já aqui foram levantadas. Em relação à Escola Secundária de Albufeira só para lembrar que, esteve prevista a sua intervenção no tempo da Parque Escolar, na segunda fase do Parque Escolar, isto para ver a necessidade da sua requalificação hoje. Em relação ao que se falou mesmo agora sobre a taxa turística, só para relembrar à Assembleia e a algumas pessoas que, não estavam cá, por duas vezes eu solicitei esse relatório ao anterior executivo e que esse relatório ficou de ser apresentado. Já agora, apraz-me todas estas inovações que aqui estão a ser apresentadas, temos de dar os parabéns, mas eu diria que, ainda falta o melhor, que são as condições de trabalho propriamente, eu por várias vezes levantei esta questão no anterior mandato, porque nós acabamos por eu usei a expressão na altura, trabalhar em cima do joelho, literalmente, porque se quisermos tirar uns apontamentos temos que escrever em cima do joelho. Se sairmos de uma cadeira temos de pedir licença a três ou quatro colegas, enfim, esperemos que esta melhoria seja para continuar. As três questões que eu trazia já anteriormente pensadas, uma tem a ver com a obra que se iniciou no verão, na chamada estrada do Pátio ou Rua Fernando Pessoa, foi uma pequena obra com grandes problemas que foi adiada, foi alterada, andou para trás e para a frente e há largos meses, na altura o anterior executivo disse que em outubro estaria resolvido o caso e ao longo destes meses o que é que aconteceu? Tentou-se fazer ali uma rede de águas pluviais, o buraco onde deveria de estar a grelha



para receber a água, entretanto não tem grelha nenhuma, o que se fez, não sei se a empresa por ordem superior, meteram lá uns blocos, umas pedras, para que os carros não ficassem empanados no buraco que seria supostamente a sarjeta. Por outro lado há espaços em que o lancil ficou mais baixo do que a estrada, na altura por conversas parece que seria para desgastar a estrada. Em conclusão, é uma simples e pequena obra que está há quatro ou cinco meses, eu diria empanada. A obra que está a ser sujeita à estrada trezentos e noventa e cinco, por via do coletor que vai trazer água do depósito do Cerro do Ouro para Albufeira, nestes dias em que a empresa está parada, na zona da escola do Cerro do Ouro, junto exatamente ao depósito, aquilo está numa lástima, porque a empresa não tem feito nenhuma manutenção, com a chuva tem covas sobre covas. Penso que, a Câmara podia assumir algumas responsabilidades e fazer ali, pelo menos, eu diria, tapar o buraco. Outra situação que também levantei várias vezes aqui na Assembleia, e que a coisa ficou falada e adiada e julgo que não se fez nada, tem a ver com a atividade dos chamados moto quatro, ou dos safáris por Paderne e pelo interior de uma forma geral. Ainda ontem, na Assembleia de Freguesia de Paderne o presidente da cooperativa levantou esta questão e até referiu que, a cooperativa já teve prejuízos, exatamente porque tem partido a tubagem, já agora, diga-se que esta cooperativa tem cerca de cem sócios cooperantes, e tem cento e oitenta hectares de rega e cerca de trinta quilómetros de tubagem. E, é uma cooperativa sem grandes meios financeiros e, portanto, está a ser sucessivamente prejudicada por esta atividade, para além de que no verão, os incómodos que provoca com, digamos quase um tipo de rali, tipo Dakar, e o pó que produzem e o prejuízo que fazem para as esculturas junto à estrada. Eu deixaria aqui uma sugestão, se se fez um regulamento para os Tuk-tuk em Albufeira, que circula aqui pela cidade principalmente, também poder-se-ia fazer um regulamento para esta atividade de Safaris pelo interior, definindo trajetos, velocidade, e outras normas para que fossem cumpridas e, não esquecendo outra parte que é, até que ponto é que essa atividade deixa algum retorno no interior, ou seja, estraga os caminhos, prejudicam as esculturas e, o que é que deixam no interior?”-----

Nelson Cachita: “Boa noite, Senhora Presidente, considerem-se todos cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente, o assunto que trago a esta Assembleia é uma situação preocupante que afeta mais de cinquenta pescadores lúdicos que utilizam o espelho de água da Marina de Albufeira, uma comunidade composta maioritariamente por idosos, alguns com mobilidade reduzida e que dependem exclusivamente dos postes flutuantes para aceder ao mar. Segundo informação desses pescadores, desde o último verão, a concessionária Alumarina iniciou um processo de denúncia unilateral dos contratos, tentando impor novos acordos com tarifas e condições mais gravosas, acompanhados de pressões e ameaças de expulsão. Apesar de nunca ter demonstrado a aprovação municipal, de novos preços, nem dispor de uma minuta contratual validada pela atual executivo. Mas o ponto mais sensível, Senhor Presidente é outro, alegadamente a Alumarina está a cobrar novas taxas sem base legal ou contratual válida, se assim for, estamos perante cobranças indevidas no domínio público, o que pode, em última análise, configurar fundamento bastante para a rescisão do contrato de concessão por violação das obrigações da concessionária e por desrespeito do regime jurídico aplicável nos recursos hídricos e ao serviço público portuário. Acresce ainda que, segundo informações dos próprios pescadores, a Alumarina não efetuou as obras que se comprometeu,



nomeadamente a construção do chamado posto A, projetar para embarcações até seis metros, infraestrutura que permitia enquadrar corretamente esses pescadores lúdicos na sua classe de posto de vida. A não construção dessa obra é a causa direta de muitos pescadores estarem hoje, amarrados em postos de categoria superior, pagando valores que não deveriam ser aplicados, se o projeto tivesse sido cumprido. No local que estava originalmente destinado aos pescadores lúdicos, encontra-se agora amarradas embarcações de maior dimensão, alegadamente destinadas a alugar em regime de equipamento hoteleiro que a própria concessionária descreve com analogias de hotel ou de quartos. Este uso não substitui, nem pode excluir a função social do espaço, que é domínio público marítimo e, não um serviço de luxo opcional para esses pescadores. E, existem também relatos consistentes de cheiros a esgotos e dejetos provenientes dessa zona e dessas embarcações, acompanhados de denúncias desses mesmos pescadores sobre as descargas ou fugas ocasionais de afluentes no espelho de água da Marina. Estes indícios confirmados, violam a lei, a chamada lei da Água e as obrigações sanitárias de qualquer concessionária que explora um recurso hídrico público e exigem esclarecimento urgente. Assim, os pescadores lúdicos apelam a que o município verifique a legalidade das taxas atualmente cobradas pela concessionária, avalie e o cumprimento das obrigações contratuais da chamada obra do posto A, considere os fundamentos função da menos legais que podem ser confirmados, justificar a rescisão ou rescisão do contrato de concessão, e abra um canal formal de diálogo, com os representantes dos pescadores lúdicos. Albufeira não pode aceitar uma situação de indefinição jurídica, cobrança potencialmente ilegal e exclusão social do domínio público marítimo. A Iniciativa Liberal estará sempre do lado da lei, especialmente quando está em causa o interesse das nossas comunidades e o acesso ao mar, que é especialmente difícil no nosso concelho.” -----

Dário Pereira: ” Considerem-se cumprimentados na presença da nossa Presidente, Luna Silva, venho pôr à Mesa uma proposta de um ponto, para a Ordem do Dia, se não for nesta Assembleia na próxima, que é a suspensão temporária de atribuições de apoios financeiros até à conclusão das auditorias à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia.” (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) -----

Presidente da Assembleia: “Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, dar aqui uma resposta ao senhor deputado Domingos Coelho, que disse e muito bem, efetivamente, os membros da Assembleia Municipal tem o direito de ter todas as condições humanas e todas as ferramentas para vocês poderem trabalhar com dignidade. No que depender de mim enquanto Presidente desta Assembleia Municipal, irei fazer de tudo para que vocês tenham essas condições.” -----

Presidente da Câmara: “Associo-me claramente às palavras do nosso deputado Desidério Silva, sobre aquilo que foi dito relativamente a estas duas pessoas que foram marcantes na cidade de Albufeira. Relativamente à deputada Helena Palhota, relativamente à situação das caixas de correio, deve ter havido qualquer confusão, talvez nós, quando pedimos para retirar os processos, estou a achar estranho que tenhamos tirado esse processo, porque realmente não deveria ter acontecido, se era realmente caixas de correio, não me recordo de ter lido, nem ter analisado, nenhum processo relativamente às caixas de correio. Relativamente à taxa turística, acho que, esse montante deve ser investido, tem de ser clarividente, onde é que é o seu investimento, neste momento não lhe sei dizer, vou ter de perguntar aos serviços, onde é que esse dinheiro está a ser aplicado, peço desculpa pelo

meu não conhecimento relativamente a isso, mas gostaria também de falar sobre a taxa turística. Peço desculpa, vou demorar um pouco, mas, tenho de vos dar conhecimento do que realmente se está aqui a passar. Como sabem, o município de Albufeira, pelo anterior executivo contratou uma empresa externa para operacionalizar e, para cobrar esta taxa turística e, o contrato termina no final deste ano e atendendo aos constrangimentos verificados no método da cobrança atualmente em vigor, pretende-se avançar para uma mudança de prestador, privilegiando uma solução que já é utilizada e testada noutros municípios do país. Vou dividir isto em vários pontos, há limitações da solução informática, ou seja, a aplicação informática atualmente não permite assegurar o cumprimento integral do regulamento da taxa turística do município de Albufeira, nomeadamente no que se refere aos artigos quinto e sexto, criando aqui dificuldades na correta execução e controlo do processo. Depois, o modelo atual contempla duas formas de cobrança, é o TPA, os tais terminais de pagamento automático, próprio da empresa e instalado em várias unidades hoteleiras, depois há a cobrança online através de um QR Code, aplicado nos alojamentos locais. E, no âmbito do contrato estavam previstos, para terem uma ideia, e foram previstos e cobrados trezentos terminais destes TPA's, contudo a empresa declara ter instalado cento e vinte e um terminais em sessenta e seis unidades hoteleiras, num universo de cento e cinquenta e oito alojamentos classificados. Agora tenho de vos dizer que, aleatoriamente nós fizemos uma verificação telefónica aleatória a quatro unidades, tendo-se apurado que três das quatro não utilizavam os terminais, ou seja, apesar dos equipamentos terem sido entregues, encontravam-se guardados e sem utilização. Este facto evidencia risco de subutilização do equipamento, ou seja, não está a ser utilizado, e foi-nos cobrado. Ou seja, há aqui um impacto financeiro relativamente a isto, para terem uma ideia, são cinquenta e três mil cento e trinta e seis euros em terminais, depois temos manutenção e assistência técnica, mais outros cinquenta e cinco mil euros e depois temos as comissões bancárias para esta empresa, dois por cento, que dá duzentos e quarenta e nove mil euros e, depois ainda, temos o licenciamento de noventa e um mil euros, ou seja, isto é o que está a ser gasto relativamente ao município, estamos a falar de quatrocentos e quarenta e oito mil euros na sua totalidade, arredondando. Ou seja, destaca-se que, a cobrança deste modelo atual implica o pagamento de comissões bancárias que são suportadas por nós, pelo município, e já perceberam que isto constituí aqui quase duzentos e cinquenta mil euros que nós temos de pagar em comissões. Qual é a alternativa que é feito nos outros municípios? Nós percebemos que esta taxa de dois e meio por cento, nós até negociar, ou seja, baixar um pouco a taxa e, dar essa taxa aos hoteleiros, que é o que é feito nos outros municípios, ou seja, atribuir isso a favor do hoteleiro que vai fazer com que a cobrança seja mais célere, como fazem em Lisboa, fazem no Porto e fazem noutros sítios, onde está evidenciado que funciona perfeitamente. Para terem uma ideia, neste momento nós já temos apurado a entrada no valor de onze milhões duzentos e setenta e seis mil euros, ou seja, qual é a conclusão que nós tiramos aqui, é que, face às limitações da aplicação, às fragilidades da implementação e utilização destes terminais e ao impacto financeiro do modelo, que são comissões bancárias suportadas pelo município, justifica-se alterar o prestador, ou seja, neste momento vamos pagar duzentos e cinquenta mil, até podemos pagar duzentos e quarenta ou duzentos mil euros de comissões, agora estar a pagar mais cinquenta e três mil para terminais, mais cinquenta e cinco mil para manutenção e assistência

técnica e mais noventa mil pelo licenciamento, quando há empresas a cobrar vinte e cinco mil euros, ou trinta mil euros com isto tudo englobado, vocês estão a perceber que isto vi nos trazer aqui uma grande eficiência económica e nós temos de pensar economicamente, se podemos economizar destes quase duzentos mil euros gastarmos só trinta mil, estamos todos a ganhar. Porque o que nós queremos no final do dia, é conseguir cobrar esta taxa, porque a taxa turística tem de ser bem cobrada, ainda hoje ficamos a saber, que tinha pedido esclarecimentos a duas chefes de divisão, que a empresa estava a passar faturas à última da hora hoje, porque não tinha ainda cobrado a taxa turística, isto não pode ser à última da hora, isto são coisas que têm de ser feitas durante o ano, era a faturação de setembro, se não estou em erro. Faturas de setembro, estavam a emitir hoje, não pode ser, vamos ter de mudar, além de ser bastante caro as coisas não estão a acontecer e, nós temos que andar para a frente. Eu não estou aqui a criticar, isto só não erra quem não faz, agora temos é que melhorar e, é isso que vamos fazer, vamos mudar de prestador, e vamos tentar copiar algo. Na vida está tudo inventado, nós só temos de ir buscar os melhores exemplos, se em Lisboa corre bem, é falar com o Carlos Moedas e ver o que é que é possível nós fazermos para trazermos para cá o melhor modelo implementado. Quando digo a Câmara de Lisboa, posso dizer a Câmara do Porto, também funciona bem, isto é relativamente à taxa turística. Relativamente ao senhor deputado Domingos Coelho, relativamente à ESA, obrigado por nos ter aqui feito uma resenha histórica da Escola Secundária de Albufeira. A taxa turística claramente temos que dizer às pessoas onde é que é feito o investimento e, se se pudesse investir na passagem de ano faz todo o sentido, se há um retorno de quinze milhões, por esse estudo, porque eu acredito que, o retorno até poderá vir a ser maior do que esse estudo que foi feito nessa altura, é algo que teremos que averiguar. Relativamente à obra da estrada do Páteo, ainda hoje o novo diretor de departamento já me tinha alertado sobre isso, que tinha de resolver, tem muita gente de férias, porque eu chamei-lhe a atenção sobre a estrada do Cerro do Ouro, porque está cheia de buracos, entretanto o empreiteiro foi de férias, o técnico também está de férias, e eu disse para resolver, para arranjar maneira de mandar tapar buracos, para pelo menos chegar ao dia da passagem de ano, ou seja, amanhã e no dia um e, que esteja em mínimas condições para irmos ao Paderne Medieval, faz todo o sentido, é a nossa cara, é a nossa porta de entrada. Se somos realmente um concelho turístico, temos de andar para a frente. Foi pedido ao senhor diretor, falei com ele no início da tarde, depois acabei por não saber qual foi o output, o que é que ele realmente tratou relativamente a essa situação. Mas sei que, o engenheiro Válter Coelho, está em cima com certeza, ele é pró-ativo e vai com certeza ser tomada alguma decisão relativamente a isso. Depois, as moto-quatro, eu não tenho muita noção de qual é o impacto as moto-quatro, teremos que avaliar o impacto que tem ali nos terrenos, sei perfeitamente o que é uma mota-quatro, já tive uma, sei que aquilo acaba por desgastar e por criar fricção e fazer mais buracos, ou seja, são as juntas de freguesia a trabalhar por um lado, a restaurar os caminhos de terra, temos que olhar e temos que avaliar, não lhe vou dar uma resposta clara, porque não seria correto da minha parte. Relativamente ao senhor deputado Nelson Cachita, nós já reunimos com esse grupo de pessoas, pescadores lúdicos, tomamos a decisão de reunir com a Albumarina, porque eles pediram-nos uma reunião e antes de haver a reunião com a Albumarina chamamos as pessoas aqui à Câmara para falarmos com eles, onde nos foi descrito aquilo que foi aqui dito. Olhando para o



problema e pensando numa resolução, eu acho que vai ter que passar por tarifas sociais, em que quem lá está, a Alumarina, mas para isso vai depender de nós, já estamos a analisar o regulamento e todo o contrato que foi feito com a Alumarina, para ver se conseguimos introduzir lá tarifas sociais para essas pessoas, para que essas pessoas continuem a ter acesso e a colocar lá as suas embarcações a preços que sejam acessíveis, porque nós compreendemos, que de um momento para outro, que se as tarifas começam a aumentar exponencialmente, mas também temos que olhar para a outra parte, temos que olhar para os dois lados e, ver qual é a melhor solução e, eu acho que a melhor solução poderá passar pelas tarifas sociais e, é isso que nós estamos a analisar e avaliar se realmente é a melhor solução. Esqueci-me de uma coisa importante que foi dito pela Senhora Presidente, também foi dito pelo senhor deputado Domingos Coelho, que são aqui as condições, nós percebemos que as cadeiras deveriam ter aquela mesa para escrever, vamos ver o que é que podemos fazer relativamente a isso. A Senhora Presidente veio reivindicar e nós vamos tentar arranjar aqui financiamento para pagar, porque nós queremos que vocês tenham as melhores condições, eu estou aqui bem sentado numa mesa a escrever e há aqui um desequilíbrio, e eu não quero que haja aqui desequilíbrios, quero que haja equilíbrios.” -----

Presidente da Assembleia: “Senhor membro da Assembleia Dário Pereira, já li a sua proposta e a sua proposta é fazer um aditamento para a ordem do dia, que é um ponto sujeito a deliberação, tendo em conta o artigo quarenta e quatro do Regimento, não permite que seja introduzido nesta Assembleia Municipal, será posteriormente introduzido no período da ordem de trabalhos da próxima Assembleia Municipal.” -----

Helena Simões: “Agora em jeito de piada, apenas e só porque é a última assembleia, decidam-se. Eu ou sou Helena Simões ou sou Helena Palhota, ou sou Helena Palhota Simões, é que na mesma Assembleia, a mesma pessoa, às vezes é tratada por três nomes diferentes, são todos meus, é só para se alinharem. Foi uma mera piada para quebrar gelo. Senhor Presidente, em relação à taxa turística, não sei se sabe, mas existe uma terceira forma de pagar, não sei se são os programas da gestão de alojamento local que comunicam diretamente, eu sei que, tendo também uma empresa do ramo, recebo com regularidade emails da autarquia para efetuar o pagamento e não é por QR Code nem por TPA, é uma fatura que é enviada para a entidade exploradora do alojamento local, ou seja, ainda existe aqui uma terceira via: Depois, só clarificando, eu desde o início fui contra a taxa turística e manter-me-ei assim até que o município consiga dar provas da canalização das verbas totais para investimento turístico, apenas e só pelo fator sinalagmático da taxa turística ter que ser obrigatoriamente investida no turismo e, ao contrário de muitas outras pessoas pensam, que se pode construir casas com a taxa turística, não, a taxa turística é para fins turísticos, muito mais serei contra um sistema de comissionamento para os hoteleiros. Tendo como certa a análise que fez, onze milhões versus duzentos e cinquena mil de despesa dá um rácio de zero virgula zero dois por cento, ou se calhar até menos, prontos, não dá zero virgula dois vai dar zero virgula zero quatro, eu não estou a ver nenhum prestador de serviços que consiga prestaram um serviço para recuperar onze milhões que cobre apenas zero virgula zero quatro. Mas, dito isto, estamos sempre abertos a alterações, desde que seja melhorias efetivas.” -----

Presidente da Assembleia: “Só para que fique esclarecido, aqui ninguém faz piada quando chama o seu nome, que fique esclarecido.” -----

Nelson Cachita: “Senhor Presidente, só para que fique esclarecido, eu não vim aqui pedir taxa social nenhuma, aquilo que vim aqui dizer foi, primeiro a informação que me passaram e, depois o que acontece é que, muitos daqueles pescadores que têm barcos relativamente pequenos, devido à ocupação que está a ser feita no local onde eles faziam a arrumação, por as tais embarcações, depois os pescadores que têm barcos até seis metros, têm que amarrar os seus barcos em sítios maiores e aí pagam mais. E, já que o Senhor Presidente sabe que são cinco, aquilo que lhe perguntava é se aqueles hotéis flutuantes estão devidamente licenciados? E, em relação à questão da água de esgotos que alegadamente está a ser despejada para o espelho de água da Marina.” -----

Presidente da Câmara: “Senhor deputado, entenda que, só quero resolver a situação, porque há uma retórica de um lado, nós reunimos com o outro lado, a história não bate certo, não encaixa, nós queremos é resolver no final do dia, quero que os pescadores continuem a ter lá as suas embarcações, paguem um preço diminuto e, que as coisas se resolvam, é isso que eu quero. Não quero estar aqui a extremar mais este tipo de situação, porque não é benéfico, nem para nós, nem para ninguém, como deve imaginar. Relativamente à senhora deputada Helena Simões, peço desculpa, não foi por mal. A questão é que, nós podemos economizar duzentos e tal mil euros e depois não é só isso, é que a cobrança pode ser muito mais efetiva. Aqui, a questão é que, nós estamos com receio que não estejamos a cobrar, quem está a tratar desse assunto, as duas chefes de divisão, têm receio e, eu também, temo que nós não estejamos a cobrar tudo o que é a taxa turística. Nós queremos um procedimento que seja preto no branco, que as coisas não falhem e, se podermos pagar menos, melhor ainda. Se temos exemplos que acontecem em Lisboa e no Porto porque é que eu não haverei de fazer um “copy paste” da situação? Não tenho problemas com isso, eu quero é resolver. Relativamente ao urbanismo, há pouco passei à frente, queria vos dar nota de que, hoje fui questionado na reunião de Câmara, porque é que os processos estão parados há dois meses e o que eu queria dizer é que, neste momento, os meus chefes de divisão e o diretor de departamento não têm acesso ao programa Access, porque existem dois programas, é o Access e o SPO AIRC. O Access é onde estão os ficheiros todos, onde está tudo assinado, onde estão os projetos, onde os técnicos têm de aceder a esses documentos para depois de deliberarem e, este SPO é onde metem as deliberações. E a verdade é que, até agora temos estado aqui numa luta enorme, mas eu tenho que fazer aqui o esclarecimento, é que, o sistema informático que é a utilização neste departamento vinha a ser assegurado internamente pelo próprio Departamento de Urbanismo, não existindo intervenção de área de informática na gestão corrente da aplicação, ou seja, a informática limitava-se a proceder à criação do servidor, quando solicitado e a garantir back-ups dos servidores entregues. Então, toda a gestão de software e respetivos acessos é assegurada por este departamento, ou seja, não havia aqui gestão na tramitação da informática, ou seja, a base de dados utilizada para a gestão dos processos do urbanismo foi desenvolvido internamente, por um trabalhador, o qual se encontra em licença sem vencimento e não está disponível, já o disse categoricamente, não está disponível para dar o apoio imediato. Entretanto, no dia vinte e dois de dezembro, houve um trabalhador da DPGU com competências na área que disse que poderia se



disponibilizar para prestar esclarecimentos para aceder. É para vocês perceberem que as pessoas foram nomeadas e ainda não têm acesso a esta informação. Já me foi dito também pela chefe de divisão de informática que, teoricamente já a partir de ontem podem ter acesso, a questão é que, vamos ver se vão ter acesso ou não, porque as pessoas precisam de ter acesso para trabalhar. É esse o motivo para que não se tenha dado prosseguimento à análise e dado despachos de urbanismo. Mas também vos quero dizer uma coisa, se não tivermos acesso, vão ser tomadas medidas necessárias a nível disciplinar e criminal, disso não tenham dúvidas, porque não andam aqui a brincar connosco, porque nós estamos aqui é para resolver e, as pessoas que têm lá requerimentos e, que precisam de colocar a sua vida a andar para a frente estão a ser lesados e não pode acontecer.” -----
Não havendo mais intervenções por parte dos membros, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Primeiro-Secretário para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Carla Vieira: “Boa noite a todos, os meus cumprimentos à Mesa na pessoa da Senhora Presidente, ao executivo na pessoa do Senhor Presidente, caros colegas, público aqui presente e que nos assistem pela via YouTube. Consta na página quinze que foram nomeados em regime de substituição os dirigentes no documento identificados e questionamos por isso, Senhor Presidente, a razão de ser o motivo e o critério das exonerações de chefes de departamento. Verificamos que entre as pessoas nomeadas, em particular do Departamento de Infraestruturas e Serviços Urbanos, e diretor do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanísticas, são externas em relação aos funcionários da Câmara, cujo currículo desconhecemos, mas gostaríamos, senhor Presidente, que partilhasse com esta Assembleia. Sem colocar em causa a competência técnica, questionamos também o critério da nomeação da senhora Sara Cristina, familiar direta do Senhor Presidente e consideramos que, efetivamente e moralmente não é eticamente correto, uma vez que pode conflitar entre interesses pessoais e profissionais que, diga-se, que casos destes nunca aconteceram nos executivos anteriores. Por último, questionamos se, não existirá conflito de interesses ou mesmo incompatibilidade no exercício de funções do nomeado senhor diretor do departamento de projetos e edifícios municipais e a liderança da bancada do Grupo Municipal do partido Chega. Na página dezanove, consta ainda um concurso público para aquisição de serviços de limpeza e higiene dos edifícios do município, solicitamos esclarecimento acerca dos edifícios contemplados e o período do respetivo contrato.”-----

Hugo Aires: “Muito boa noite a todos, permitam-me cumprimentar a excelentíssima Presidente da Mesa, Doutora Luna Silva, Senhor Presidente, Senhores, Vereadores e Senhores Membros eleitos e o público em geral e em especial as pessoas que estão em casa a assistir. A minha intervenção aqui pauta, exatamente para poder esclarecer e, para não deixar qualquer dúvida aqui à nossa colega

deputada. Para efeitos de rigor institucional, nós temos que compreender e, não posso deixar de esclarecer que, num ordenamento jurídico não existe qualquer incompatibilidade entre o exercício de funções, no meu caso como Diretor de Departamento de Projeto e Espaços Municipais e o mandato da Assembleia Municipal. E, permita-me também que, possa esclarecer que a lei, para além disso, não prevê esses impedimentos, ou por outro pode prever esses impedimentos pontuais, contudo, isso é facilmente resolvido, basta que para isso haja uma abstenção, portanto, não vejo que exista aí grandes questões. Nos termos do estatuto dos eleitos locais, isto também não é referido e tão pouco no Código de Procedimento Administrativo, portanto, assim, qualquer leitura num sentido diverso, parece-me a mim que excede as bases legais. Com isto tudo e em jeito de finalização, permita-me que diga que, o sistema não exige eleitos puros, nem desligados da administração pública, exige sim transparência, declaração de interesse e imparcialidade na decisão, e foi esse o equilíbrio que o legislador assim pretendeu. Dito isto, nada mais tenho a dizer.” -----

Carla Vieira: “Quanto à legislação aplicável, eu sei perfeitamente que não há qualquer impedimento, é verdade, mas eticamente não nos parece correto e a questão não é só minha, senhor deputado, aliás, a questão foi dirigida ao Senhor Presidente da Câmara e, não ao colega em concreto, nem indiretamente. Efetivamente, parece-nos que, ética e moralmente não está correto, e certamente que, acontecerá que, virá a esta Assembleia uma apreciação e deliberação que seja subscrita pelo colega Hugo Aires, naturalmente terá que sair da sala, nós percebemos isso, mas moralmente não está correto, permita-me que lhe diga, moralmente não está correto.” -----

Presidente da Câmara: “Responder à senhora deputada Carla Vieira, como deve entender, nós sabemos que o Departamento de Urbanismo é sempre o pulmão de uma Câmara, é a base de tudo, desenvolvimento económico, mexe com a vida das pessoas e todas as pessoas que eu trouxe são pessoas que eu conheço, pessoas que eu já privei a nível de trabalho, pessoas com provas dadas no município aqui ao lado. É claro que, eu tinha de trazer pessoas com rodagem, eu não podia escolher pessoas que tivessem no privado e viessem para o público, tive de ir buscar pessoas ao público, que tivessem rodagem, que tivessem estaleca, como se diz aqui no Algarve e que conseguissem dar seguimento ao trabalho, porque o que nós queremos aqui em Albufeira é que o Departamento de Urbanismo funcione na sua plenitude, que os requerentes sejam bem tratados, com sinceridade, que os requerentes sejam vistos como um aliado e não um opositor, porque é isto que muitas vezes acontece em muitas Câmaras, é que o requerente vai lá e em vez de lhes dizer logo declaradamente “você precisa de submeter este, este e este desta maneira”, e às vezes acontece ao contrário, os técnicos acabam por deturpar o caminho e complicar a vida aos requerentes. E o que nós queremos é que, se construa habitação neste concelho, nós queremos é que, haja mais investimento, nós queremos que, quem quer construir a sua primeira casa que lhe seja dada as condições para que isso aconteça legalmente e juridicamente, eu acredito que, como Presidente de Câmara trouxe os melhores preparados. Até lhe posso dizer, posso lhe confidenciar que, não foi com muito agrado que o Senhor Presidente da Câmara aqui ao lado, os deixou vir, para ter uma ideia, porque eram pessoas de trabalho. Mas agora, só o futuro dirá se eu estarei certo ou não, vamos dar agora a oportunidade, quando tiverem acesso ao Access, o programa caseiro, que eu nunca tinha ouvido falar, que existia isto nas Câmaras Municipais, que eles tenham acesso para ir lá buscar informação, para poderem



começar a trabalhar, já sabe senhora deputada que é sempre um caminho muito difícil, porque muitas vezes um técnico de urbanismo acaba por olhar para um projeto, e você com dois técnicos têm ideias diferentes, isto às vezes é muito complicado, temos de estar muito bem alicerçados juridicamente para que isso aconteça. E, tem que ser pessoas, que eu tenha plena confiança, eu não posso ir para uma reunião de Câmara, pré analisar, também tenho algumas luzes relativamente ao urbanismo, e vou analisar e à primeira vista posso não concordar com aquilo que lá está, como tal, tenho de ter pessoas, onde vou meter a minha assinatura e tenho de ter plena consciência de que as coisas vão correr bem. Eu, como os senhores vereadores da oposição também, porque somos todos responsabilizados e por isso é que fui buscar pessoas, tentei os convencer, digo já que não foi fácil, para trazê-los para esta Câmara. Relativamente à engenheira Sara Cristina, eu já dei a resposta por completo, não vou entrar por aí. Estou muito satisfeito, espero que continue a trabalhar cá, tem me ajudado imenso, vai continuar a nos ajudar, é uma pessoa de proximidade com provas dadas e a partir daí está tudo bem. O que eu quero é apresentar trabalho no final do dia e a senhora deputada também quer que eu apresente trabalho, tenho a certeza de que sim, fomos todos eleitos para trabalhar em prol dos albufeirenses e é isso que se espera. Relativamente ao senhor arquiteto, Hugo Aires, com certeza, quando houver alguma situação que interfira com o profissionalismo, não vota, sai da sala, porque é assim que acontece em todos os municípios.” -----

Helena Simões: “Ainda que saiba da questão da mobilidade, eu só gostaria de ressaltar, porque às vezes é importante recordar as origens de onde nós vimos e, eu gostaria de recordar que o partido que neste momento é executivo, que neste momento está na Mesa da Assembleia, tem sido acérrimo crítico a nível nacional das relações familiares, inter ministros, inter deputados, inter serviços, enfim pronto, é a teoria do faz aquilo que eu digo não faças aquilo que faço. E, apenas e só, porque eu nem sequer entrei neste assunto, entro agora apenas e, só gostaria de recordar que o que se aplica pelos vistos a nível nacional e que o Chega apregoa a nível nacional, pelos vistos, não aplica quando tem uma das maiores Câmaras do Algarve e, se calhar, uma das mais financeiramente mais ricas do país.” -----

Presidente da Assembleia: “Acabei por não responder há pouco à senhora deputada Carla Vieira, sobre o concurso de trinta de setembro, para aquisição de serviços de limpeza e higiene em edifícios do município de Albufeira, vou ter a informação e, vou enviar por escrito, para todos, porque isto não é do nosso tempo, mas vou pedir aos serviços para que transmitam a informação. Relativamente à senhora deputada Helena Simões, só para dizer que, adjunto de vereação, poderia ser uma pessoa sem qualquer tipo de formação, sabia? Podia ter a quarta classe e podia ser, podia ser uma pessoa que não fosse técnica, por isso, não estamos a falar de um cargo de grande relevo, mas estamos a falar de uma pessoa com quem eu tenho proximidade e, em quem eu confio perfeitamente e é isso que me interessa, é ter pessoas de confiança à minha volta, porque no fim do dia gosto de chegar a casa e dormir descansado, posso chegar cansado, mas quero dormir descansado, isso é que eu quero, descansado e a pensar que fiz o melhor pelas pessoas. E isto vai continuar, nós vamos continuar a trabalhar como uma formiguinha, dentro desta Câmara, tentar reorganizar, há muitas mudanças a fazer, nós não estamos contra ninguém, já disse isto várias vezes, as pessoas é que pensam que nós



estamos contra alguém, nós só queremos é que as coisas sejam eficientes e que se trabalhe, e que se coloque as pessoas no centro das decisões, é isso que nós queremos.” -----

Domingos Coelho: “Eu percebo o caso do senhor Presidente e as nomeações e os convites que tem feito, com certeza que procurará rodear-se das melhores pessoas, com a melhor confiança. Eu não discuto isso, agora eu punha a questão de uma forma mais simples, e caso o Chega não tivesse ganho as eleições e se fosse outro partido a fazer exatamente que o Chega está a fazer, estas nomeações, o que é que o Chega diria? Que epípedo teria já posto na praça pública e nas redes sociais? Isto para dizer exatamente qual é a prática do Chega a nível nacional, portanto, como se costuma dizer, “À Mulher de César não basta ser honesta, deve percebê-lo”, portanto, a questão é esta, esta reação em parte é pela prática e pelo apontar de dedo constante do Chega aos outros partidos.” -----

Presidente da Câmara: “Senhor Deputado Domingos Coelho eu não sou o Chega, sou o Rui Cristina, como sabe, fui eleito independente, assistiu com certeza à minha campanha, não sou pessoa de populismos, eu vim para mudar, vim para fazer obra, é só isso que eu quero. E, no final vamos fazer as contas, se valeu a pena ou não.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte. -----

PONTO DOIS

Tomada de conhecimento da **Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Albufeira**; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções ficou feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento dos **apoios concedidos à Freguesia de Albufeira e Olhos de Água**; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções ficou feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO QUATRO

Tomada de conhecimento da **atualização da Tabela do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira**; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções ficou feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO CINCO

Tomada de conhecimento da **Informação semestral económica e financeira respeitante a 30 de junho de 2025**; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Helena Simões: “Eu vou fazer a intervenção no âmbito do ponto cinco e ponto seis, porque eles estão de alguma forma relacionados, um acaba por subsumir o outro. Os documentos que hoje apreciamos, a informação económico-financeira de trinta de junho e a situação orçamental de três de novembro de dois mil e vinte e cinco, por isso é que eu estava a dizer que um subsume no outro, apresenta um quadro claro, o município de Albufeira é financeiramente sólido, equilibrado e com

ampla margem de manobra, existe equilíbrio orçamental, inexistem pagamentos em atraso, a dívida mantém-se muito abaixo dos limites legais e os fundos disponíveis são expressivos, ultrapassando no final de outubro vinte e sete milhões de euros. Essa realidade não surgiu por acaso, é o resultado de mais de duas décadas de governação financeiramente responsável, de planeamento prudente e decisões estruturais que deixaram o atual executivo uma base excepcionalmente estável. Esse legado deve ser reconhecimento, precisamente por isso, a exigência sobre o presente é maior. Quando analisamos a execução verificamos que, apesar dessa solidez, em junho a execução do investimento rondava apenas os dezoito por cento, em novembro apenas apesar de alguma evolução a execução do PPI permanecia os trinta e quatro por cento. A despesa global paga, situa-se nos cinquenta e dois muito abaixo da despesa comprometida, que já ultrapassa os oitenta por cento. Isso significa que o município planeia e compromete, mas executa lentamente. Não obstante e, obviamente tendo noção da mudança de paradigma no concelho. A estrutura da despesa confirma esta tendência, a despesa corrente representa setenta e sete por cento da despesa paga, enquanto a despesa de capital permanece residual, apesar da capacidade financeira existente e da receita corrente cobrir largamente a despesa corrente. Também no domínio dos fundos externos, nomeadamente o PRR, a execução continua baixa, não obstante os valores orçamentados e a disponibilidade financeira para assegurar a contrapartida municipal. Estamos, portanto, perante uma situação que não configura qualquer risco financeiro, mas que levanta uma questão política e administrativa central, como transformar a estabilidade financeira herdada em investimento estruturante, efetivo, sobretudo num executivo que se apresentou com uma forte promessa de mudança? Isto é uma pergunta, Senhor Presidente, se puder tomar nota para depois me responder. A função desta Assembleia, não é desvalorizar o passado que construiu esta base sólida, é sim assegurar que essa herança não se transforma num fator de inércia, mas numa alavanca de transformação real. É essa exigência construtiva, institucional e responsável que aqui deixo. Agora gostaria de colocar algumas questões em concreto, se o Senhor Presidente reconhece a atual solidez financeira espelhada em ambos os relatórios e que resulta de um longo ciclo de governação responsável e, faço esta pergunta em concreto, porque já não é a primeira vez que publicamente refere que a liquidez ou a saúde financeira do município não poderá dar azo a grandes investimentos. Como tal, seria importante saber se o que está espelhado nos documentos é real ou se as suas declarações, por vezes públicas, noutros fóruns é que está real. Como considera aumentar os níveis de execução, para que as mesmas correspondam às expectativas criadas junto dos munícipes, quanto à prometida mudança na governação municipal? Depois, o executivo considera que, o atual modelo de planeamento orçamental e de gestão de projetos é adequado ou reconhece necessidade de ajustamento? Se reconhece, quais? Os relatórios evidenciam uma execução muito reduzida do PRR, face ao valor orçamentado, considera ainda ser possível reverter tal situação no seu mandato? No que concerne a estrutura das despesas, que áreas considera o executivo prioritárias para demonstrar ainda neste mandato que a mudança prometida se traduz em obra feita? No que concerne compromisso para o futuro, está o executivo disponível para assumir perante esta Assembleia metas concretas de execução de investimento para o próximo exercício e pode também garantir que a estabilidade

financeira herdada será usada como instrumento de transformação e não apenas como garantia de conforto orçamental?” -----

Nelson Cachita: “Só para complementar aquilo que disse a nossa colega Helena Simões, falou em solidez financeira, estabilidade económica, isto é tudo muito bonito, mas era se a Câmara Municipal de Albufeira fosse um banco. A Câmara Municipal de Albufeira não é um banco, o objetivo da Câmara não é arrecadar dinheiro. As pessoas ali na rua não querem saber quantos milhões é que a Câmara Municipal tem no banco, o que as pessoas querem saber é quantas obras estão paradas e porque é que estão paradas. Se há dinheiro no banco, porque é que as obras não foram executadas? Acho que é esta pergunta que fica.” -----

Presidente da Câmara: “Já percebi que vocês juntaram os pontos cinco e seis, relativamente à análise, então eu vou fazer separadamente. A análise do ponto cinco, tomada de conhecimento de informação semestral, económico e financeiro respeitante a trinta de junho de dois mil e vinte e cinco, aquilo que eu analisei não foi aquilo que foi aqui dito, não concordo, peço imensa desculpa, porque é impossível retirar conclusões sobre o verdadeiro estado das contas. Relativamente ao ponto cinco, porque a especialização da receita e da despesa não foi efetuada, ou seja, falta contabilizar a receita que foi cobrada e a despesa foi paga. Adicionalmente dizer que, existe uma execução da receita de cinquenta e quatro por cento é errado, porque considero o saldo de gerência de cinquenta milhões, ou seja, desconsiderando são apenas vinte e oito por cento, que é igual à despesa, ou seja, na página dezoito no quadro da despesa comprometida, sessenta e dois por cento da despesa comprometida e vinte e oito por cento dessa despesa paga, ou seja, quando depois consideram o saldo de gerência para mostrar uma execução de receita alta, é completamente errado. Porque esse saldo de gerência já estava comprometido e nem devia de ter transitado de ano, ou seja, o grau de execução de projetos é baixo, essa é a questão, isto olhando aqui claramente sem politizar e olhando para os dados. Ponto número seis, o auditor inclui nota referente ao executivo anterior, que se manteve no novo mandato como não permanente, pelo que não houve necessidade de ser preparada prestação de contas completa, ou seja legalmente pressupõe-se o dever de cooperação, motivo deste comentário. Foi apenas preparado um relatório, sucinto, sem procedimentos de auditoria, sendo que, o auditor refere que, não foi feita qualquer análise, e portanto, qualquer comentário à contabilidade patrimonial, é apenas um relatório descritivo, nada mais do que isso. Mesmo os comentários à receita e à despesa, que na data de referência de trinta de junho de dois mil e vinte e cinco, do ponto anterior, vêm que há aqui uma desconsideração do saldo de gerência, em que a execução cinquenta e cinco por cento e a despesa é uma execução de cinquenta e dois, ou seja, a despesa comprometida encontra-se a cinquenta e dois por cento paga, ou seja, não é nada disso que a senhora deputada disse, eu peço imensa desculpa, mas se ler o que lá está, isto é preto no branco. É uma questão de ler, por isso eu não entendi as suas reflexões, nem as suas perguntas, peço imensa desculpa. Acho que está aqui a resposta dada aos dois documentos. E, vou me cingir àquilo que disse, porque não vou entrar aqui no bate boca, porque eu não estou aqui para politizar, eu estou aqui para demonstrar qual é a resposta técnica que se deve dar.” -----

Helena Simões: “Face à ausência de respostas a perguntas em concreto, eu vou tomar a liberdade de remeter as mesmas para a Assembleia Municipal e para os demais deputados da Assembleia



Municipal que eu tenha e-mail em registo, e aguardarei as respetivas respostas por escrito e darei o conhecimento aos munícipes.” -----

Não havendo mais intervenções ficou feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO SEIS

Tomada de conhecimento da **Informação económica e financeira respeitante a 3 de novembro de 2025**; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções ficou feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO SETE

Tomada de conhecimento da **atualização dos limites máximos do valor mensal da renda, por tipologia, constantes no Anexo IV do Regulamento para Atribuição do Subsídio de Arrendamento (RASA) a vigorar no ano de 2026**; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções ficou feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação da proposta de Alteração/Retificação ao **Regimento da Assembleia Municipal de Albufeira**; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Helena Simões: “Começo por dizer que, o Regimento desta Assembleia, não é um mero instrumento de gestão de tempo, é a garantia do pluralismo, da igualdade do mandato e da qualidade democrática do debate. E, precisamente por isso que, a proposta de hoje que apreciamos, levanta-me reservas sérias, desde logo porque parte de um pressuposto juridicamente discutível, tratar coligações eleitorais como se fossem entidades permanentes de funcionamento da Assembleia Municipal, ora as coligações existem apenas e só para efeitos eleitorais, após a eleição o que existe são deputados municipais individualmente considerados e quando constituídos grupos municipais, nos termos do Regimento, não estruturas eleitorais prolongadas no tempo. Eu recorro que, os anteriores regimentos referiam os partidos que estavam por trás das ditas coligações, só constavam depois os movimentos de cidadãos. Em segundo lugar, a distribuição proposta dos tempos de intervenção cria desigualdades materiais difíceis de justificar, a atribuição de apenas dois minutos aos deputados municipais não inscritos, traduz-se na prática numa compressão excessiva do direito de intervenção, de mandatos que tem exatamente a mesma legitimidade democrática que todos os outros aqui presentes. Não estamos a falar nem de favores, nem de privilégios, estamos a falar de um núcleo essencial do mandato representativo, senão vejamos, a distribuição de tempos no anterior mandato era o seguinte, e passo a recordar PS tinha oito eleitos doze minutos, PSD/CDS tinha oito eleitos doze minutos, o MIPA tinha quatro eleitos dez minutos, AP tinha dois eleitos, oito minutos, depois havia dois deputados não inscritos, três minutos e o Chega tinha um deputado, cinco minutos, contabilizava o tempo total de cinquenta minutos para a intervenção dos deputados. A proposta que agora nos chega contempla apenas quarenta e cinco minutos, ou seja, são retirados cinco minutos à casa da democracia, aos deputados que têm funções fiscalizadoras e a proposta, pasme-se, é a seguinte, PS seis eleitos, doze minutos, PSD/CDS seis eleitos, dez minutos, ou seja, o mesmo



número de eleitos tem menos dois minutos, não sei porque será, ou qual foi o critério, IL um eleito, cinco minutos, deputado não inscrito um, dois minutos, Chega onze, dezasseis minutos. Desde logo, causa estranheza a redução global de cinco minutos no tempo de intervenção dos deputados municipais, quando a sua função que comporta responsabilidade, escrutínio e crítica política, devia ser reforçada e não comprimida. Mas mais grave ainda, existem bancadas com igual número de deputados e tempos diferentes, sem que se perceba o critério subjacente. Se tratamos igual o que é igual e diferente o que é diferente, qual a justificação objetiva para estas diferenças? Cresce ainda o reforço de tempo atribuído, o Presidente da Câmara Municipal, que não é membro deste órgão e que já dispõe de múltiplos momentos próprios de intervenção e que acentua o desequilíbrio entre o executivo e o órgão fiscalizador. Recordo aliás que, na sessão de vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e cinco o líder de bancada do Chega invocou a necessidade de alteração do Regimento com base em princípios que todos subscrevemos, clareza de regras, igualdade entre bancadas, transparência e melhoria do funcionamento da Assembleia, palavras do próprio que eu apenas me limitei a transcrever. Também na Assembleia de três de dezembro de dois mil e vinte e cinco, foram expressas dúvidas sérias quanto ao Regimento em vigor, tendo sido reconhecido pela própria Mesa a necessidade de uma revisão profunda e estruturada, nesse sentido e como contributo construtivo no passado dia vinte e um de novembro de dois mil e vinte e cinco remeti aos serviços da Assembleia Municipal, uma proposta de Regimento adaptada, baseada numa proposta da própria ANAM, Associação Nacional de Assembleias Municipais, para quem não saiba. Por isso, não posso deixar de dizer, quem tanto fala em mudança, não pode começar por mudar apenas para reduzir o tempo de intervenção dos deputados. Por fim, a norma que impede a cedência de tempo entre deputados revela uma lógica excessivamente rígida e desconfiada do funcionamento democrático desta Assembleia, eliminando qualquer margem de consensualização e gestão equilibrada do debate. Senhores e Senhoras deputadas, alterar o Regimento é mexer na arquitetura democrática do órgão, isso exige prudência, proporcionalidade e inclusão. Esta proposta, tal como está formulada não organiza apenas o debate, condiciona-o. E, uma Assembleia Municipal forte, não se constrói com menos pluralismo, constrói-se com mais debate, mais equilíbrio e mais respeito pela igualdade dos mandatos. Por isso entendo que esta proposta deve ser repensada, seja através da sua rejeição, seja através da sua devolução à Comissão para uma solução mais equilibrada, juridicamente sólida e politicamente inclusiva.” -----

Carla Vieira: “Em primeiro lugar apraz-me dizer que, a alteração ou revisão do Regimento não se ficou por uma única reunião da Comissão, portanto, o documento está em aberto, era realmente premente e urgente adequar os tempos aos eleitos e às bancadas representativas nesta Assembleia neste mandato que se iniciou no dia doze de outubro. Em segundo lugar, quero esclarecer também esta Assembleia que, foi constituída uma Comissão em que todos os grupos municipais estão representados, não obstante haver um grupo que não se fez representar, a verdade é que, a diferença e a adequação dos tempos a cada grupo municipal deve-se única e exclusivamente por uma questão que é a seguinte e, relativamente aqui à diferença entre a bancada do Ser Albufeira e da coligação Albufeira é Tua, é muito simples, na bancada do Albufeira é Tua temos dois Presidentes de Junta que, a intervirem no período antes da ordem do dia têm assuntos e têm questões específicas da sua



freguesia que merecem ter tempo adequado para expor os seus problemas, os seus anseios e reclamações e pedidos até junto do executivo. Por isso, e uma vez que a bancada do Ser Albufeira não tem nenhum Presidente de Junta, sem que haja essa especificidade, entendeu-se por bem dar mais dois minutos à bancada da coligação Albufeira é Tua. Por outro lado, que eu saiba, o único membro independente nesta Assembleia é o Dário, por isso não vejo que haja aqui qualquer limitação ou constrangimento numa eventual intervenção que pretenda antes do período da ordem do dia. Por outro lado, sabendo que o limite de tempo do período antes da ordem do dia dos membros da Assembleia é de sessenta minutos, teríamos de adequar as respostas do Senhor Presidente ao tempo que é disponível, naturalmente que reduzimos para quarenta e cinco minutos e demos mais, salvo erro, relativamente ao mandato anterior, mais quatro ou cinco minutos ao Senhor Presidente para resposta. Parece-nos uma proposta adequada, parece que os tempos também são adequados à necessidade de intervenção de cada bancada.” -----

Desidério Silva: “Só para justificar que nesse dia da reunião, o doutor Raul Ferreira, teve um problema de última hora e, portanto, não pôde estar presente e quando comunicou já não havia condições para vir em lugar dele. Por outro lado, também nos parece justo que os tempos que estão definidos deem para os Presidentes de Junta, que têm sempre questões que podem ser levantadas e que demoram mais tempo e também aprendi nesta casa há muitos anos, não é bem pelo tempo, é como se usa o tempo.” -----

Maria Isabel Rodrigues: “Boa noite, já foi dito pela deputada Carla Vieira, tudo aquilo que eu tinha aqui para dizer, mas não quero deixar passar sem dizer que, o deputado da coligação Ser Albufeira, além de não se ter feito representar, não avisou e nós esperámos. E, antes de começar a reunião, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, tentou contactá-lo e o telefone estava desligado. Foram feitas contas, demos mais tempo ao Senhor Presidente, porque são imensas perguntas e são imensas questões e, o Senhor Presidente, precisa de tempo para responder, se não é acusado de não ter respondido. Nesta reunião, estava presente pela coligação Chega, Isabel Rodrigues, eu própria, pela Albufeira é Tua a Carla Vieira, pela Iniciativa Liberal o Nelson Cachita, e também estava presente o Dário Pereira, que é deputado independente. Foram feitas contas, foi distribuído os tempos, e foi decidido e acordado por todos nós que seria assim, não houve objeções, todos concordamos e assim foi, portanto, o Ser Albufeira não estava presente, portanto, não podia concordar nem discordar, a maioria votou assim. Por outro lado, também foi decidido que, não havia cedências de tempo. Não é Albufeira, a única Assembleia Municipal, que tem no seu regimento não concessão de tempo a outras forças políticas, posso dar o exemplo de Famalicão, também não tem, e tantas outras. Portanto é só consultar, ver e poder comparar.” -----

Helena Simões: “Eu começo pelo fim, como se costuma dizer, pela vergonha alheia, cara colega Isabel, efetivamente eu sou do Ser Albufeira, ou pelo menos sou do PSD, porque as coligações já lá vão, sou do PSD e lamento, efetivamente, não temos estado representados na dita reunião da Comissão. No entanto, o senhor Desidério, já veio justificar a ausência do senhor Raul, eu recorro que não há muito tempo, há duas Assembleias Municipais atrás, a questão da não transferência de tempos, a Presidente da Assembleia Municipal diligentemente e preocupadamente, porque sempre, ao longo dos quatro anos nos habituou a não querer calar ninguém na casa da democracia, perante o

senhor Domingos Coelho que já não tinha tempo, pergunto se alguma bancada lhe queria disponibilizar tempo e creio que até foi o senhor Nelson Cachita que o fez, não foi há um mandato atrás, não foi há dois, não, foi há três, foi há duas Assembleias atrás, mas pronto lá está, o que lá vai lá vai. Quanto a todo o trabalho que foi feito na Comissão e eu agradeço e apraz-me saber pela Carla Vieira que, não é um documento fechado, não nos limitamos a alterar os tempos, apesar de também não seria bem importante alterar os tempos porque a Presidente da Assembleia altero-os logo na primeira Assembleia que nós tivemos, a seguir à tomada de posse e, já estavam em funcionamento, não iríamos ficar com os cinco minutos que o Chega tinha com uma deputada, como é óbvio, tendo a bancada que tem neste momento, por isso se calhar poderíamos ter que esperar e ter feito uma análise extensiva, profunda no documento, para sanar uma série de questões, mas tudo bem. Quanto à questão que, a cara colega deputada Carla Vieira, referiu da questão do senhor Dário, o deputado não inscrito, porque ele não é independente, ele é do PSD, deputado não inscrito num grupo municipal, é completamente diferente, não é independente, eu recordo que aprovando a proibição de cedências de tempo, se o mesmo não consegui ler o que tem para ler ou falar o que tem para falar em dois minutos, ser-lhe-á cortada a palavra uma vez mais na casa da democracia. Eu muito honestamente irei votar contra a proposta, não obstante terem decidido por maioria é aqui que as coisas se analisam, é aqui que as coisas se decidem e é aqui que as coisas se votam, e é aqui que eu tenho de expressar, quer o meu voto quer a minha posição.” -----

Nelson Cachita: “Calar alguém na casa da democracia infelizmente tem de ser assim, porque o tempo é limitado, porque há pessoas que têm o dom da palavra e são capazes de se agarrar aqui a este púlpito e falar eternamente. Nesse caso a Assembleia, em vez de ser feita num dia teria de ser feita num mês. Infelizmente, os tempos têm de ser divididos, não há volta a dar. Foi assim que decidimos na reunião da Comissão, quem estava presente opinou, votou, alterou-se e fez-se aquilo que teve de se fazer. Tal e qual como falei nessa reunião, também é meu entendimento que as coligações se extinguem no dia da eleição. Mas, com duas juristas presentes nessa reunião que me expressaram dúvidas que seria assim, ou que não seria, eu como não tenho formação jurídica, não é que me tivesse calado, porque há muita dificuldade em calar-me, mas acho que seria bom esta Assembleia fazer um pedido de esclarecimentos à CCDR, seja a quem for, sobre esse tema, porque existiram duas coligações, numa das coligações está um deputado de um partido diferente da maioria, dessa coligação, e era bom saber se esse deputado fica dentro dessa coligação ou pseudo-coligação, não sei que termo aplicar, ou se ele próprio pode constituir uma bancada. Eu acho que, era boa ideia senhora Presidente, pedir um esclarecimento sobre o que é que deve ser feito no caso de uma coligação, para depois aqui na Assembleia podermos atuar em conformidade.” -----

Luis Rodrigues: “Boa noite, às vezes não percebo bem o que se passa aqui, se estão a representar-se a si próprios ou coligações ou partidos. Qual é o objetivo de se criar as comissões? Criou-se uma comissão, as coligações nomearam os seus representantes para essa comissão, penso que têm a confiança partidária e da coligação para o fazerem, e é nas comissões que devem debater estas questões e nós devíamos chegar aqui à Assembleia Municipal e apenas deliberar sobre aquilo que a comissão decidiu, pelos representantes de cada uma das coligações e partidos. Eu sinceramente não percebo, estamos aqui há cinco minutos a debater um assunto que é um não assunto. Eu por acaso



confesso que também estava curioso em perceber a questão dos tempos, mas percebi perfeitamente, temos aqui Presidentes de Juntas de Freguesia, naturalmente os membros da Assembleia têm questões a colocar, também muitas vezes aos Presidentes das Juntas de Freguesia, e o Ser Albufeira não tem nenhum Presidente de Junta de Freguesia, isto chama-se saber conviver com a democracia. Portanto, se não tem Presidente de Junta de Freguesia e se o argumento foi este e, se na comissão se chegou a essa conclusão e se traz esse assunto para ser deliberado aqui, causa-me estranheza que a coligação do Ser Albufeira não se tenha querido informar sobre o documento junto da pessoa que o nomeou. Faz-me confusão.” -----

Dário Pereira: “Boa noite novamente, a minha vinda aqui é muito simples, eu não me ter revisto na bancada do Ser Albufeira, pedi à Presidente para ser deputado independente nesta Assembleia, o qual eu exijo respeito, ponto número um. Ponto número dois, virem aqui discutir os tempos, até foi sugerido por mim na altura em reunião, e revejo que estão bem definidos. Aliás, se eu pudesse sugerir menos tempo para a bancada do Ser Albufeira ou PSD até tinha reduzido mais, mas não o pude fazer, pela ética e pela dignidade que tenho. Não se fazerem representar na altura, que não atendeu o telefone, havia mais deputados que podiam ser representados pela bancada do Ser Albufeira. E, a situação de estarem aqui a discutir tempos e tudo mais, agora até vou de acordo com uma pessoa que é da bancada do Ser Albufeira, é como se utiliza o tempo, aí é que é importante, discutir um ou dois minutos, dois minutos ou um e trinta para mim é igual. Eu venho aqui dizer o que eu quero, o que eu penso e como sou, é isto que eu tenho a dizer. Portanto, vir aqui a deputada Dr.ª Helena Simões ou vir aqui o deputado Desidério Silva falar e tudo mais, isto é, como se aplica o tempo em prol dos municípios de Albufeira e, é isto que temos que levar a sério, não é mais nada.”---

Desidério Silva: “Eu acho que fui bem explícito no que disse há pouco, não conseguimos estar por razões que expliquei, mas eu aceitei os tempos em função daquilo que foram decididos nessa reunião, portanto, se eu tivesse lá tinha aceitado nos tempos que foram cedidos, atendendo e ao respeito pelos dois autarcas eleitos pelo Partido Socialista e, portanto, penso que em relação a isso não há dúvida nenhuma.” -----

Helena Simões: “Só clarificando, eu não vim aqui discutir, vim aqui elencar e vim aqui deixar uma declaração de voto. O facto de ter sido discutido numa comissão, numa conferência de líderes, entre os pares, não me vinculem, não me obriguem a dizer ámen a tudo, a minha verticalidade, a minha honestidade intelectual dita que eu faça as minhas declarações em local próprio, foi isso que fiz, senhor Luís Rodrigues, nada mais.” -----

Luis Rodrigues: “Para terminar este tema, isto não é nenhum ataque à Helena Simões. A Helena Simões tem todo o direito de vir aqui e votar contra e fazer a sua declaração de voto, mas o que estava aqui a fazer era outra coisa, estava aqui a fazer perguntas sobre o porquê das decisões que foram tomadas em comissão. E, o que eu lhe disse foi, está inserida numa coligação, se a sua coligação tem interesse neste assunto poderia saber quais foram as conclusões. Mas, mesmo já lhe tendo explicado que se deve ao facto de haver dois Presidentes de Junta eleitos pelo PS e que foi essa a razão pelo que o TUA tem mais tempo do que o Ser, penso que o assunto deveria ter ficado por aí. Mas não, continuou, eu não volto aqui mais, com este assunto não, hei de voltar com outros.” -----



Presidente da Assembleia: “Uma vez que a senhora deputada falou sobre a Presidente da Assembleia Municipal, irei me pronunciar sobre o que foi dito, começo por esclarecer que contrariamente aquilo que disse, eu tive toda a intenção de alterar o Regimento, não tivesse eu proposto nesta casa da democracia a criação da Comissão do grupo de trabalho. No dia da Comissão do grupo de trabalho estivemos trinta minutos à espera que o representante da coligação Ser Albufeira estivesse presente, portanto, aquilo que disse não corresponde à verdade. Nós aguardámos trinta minutos que viesse alguém da sua coligação representar e pronunciar-se relativamente à alteração do Regimento que, como sabe muito bem, a senhora deputada não se cinge unicamente numa única reunião, outras reuniões irão decorrer sobre a alteração do Regimento. Causa-me aqui uma certa estranheza é que a senhora deputada interveio como membro da coligação Ser Albufeira, no entanto, tem pleno desconhecimento que o senhor Dário Pereira, é um deputado não inscrito, não é mais militante do PSD e o senhor Desidério Silva, já explicou e muito bem, porque é que o Ser Albufeira não esteve representado nessa Comissão. Por isso as questões que a senhora deputada aqui colocou e com o devido respeito, são meramente falta de comunicações da senhora deputada com o seu movimento político.” -----

Helena Simões: “Só porque optou por me responder, mas não respondeu à afirmação que eu fiz, que há duas ou três Assembleias Municipais atrás cedeu tempo ou pediu a alguma bancada para ceder tempo ao senhor Domingos Coelho, porque já não tinha tempo e, se se reviu naquela postura há uma ou duas Assembleias atrás, se se revê nesta não cedência de tempos. Foi esta a observação que eu fiz quando fiz a minha intervenção.” -----

Presidente da Assembleia: “Como sabe e muito bem, como Presidente da Assembleia Municipal a mim só me cabe presidir a Comissão de grupo de trabalhos, são os representantes dos movimentos políticos que apresentam a proposta, não é a Presidente da Assembleia Municipal, a mim só me cabe presidir e, por isso é que este ponto é deliberado e votado nesta Assembleia Municipal, não por mim só, mas por vós todos. Não entendo a sua questão honestamente.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: um (01) Helena Simões. -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, António Maia, Jorge Loureiro, Domingos Coelho, Alberto Saraiva, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Tiago Pais, Maria Isabel Rodrigues, Otelto Cabrita, Flávia Pereira, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à repartição de encargos da **Empreitada de Construção de Habitação na Quinta do Barros - Caliços**, com o preço base de 5 958.600,00€; -----



A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----
Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: “Senhor Presidente, um pequeno esclarecimento, verifiquei na última página que os anos não são sequentes, portanto, há um pedido de prorrogação de prazo e, os anos não são sequentes, está dois mil e vinte e cinco dois mil e vinte e sete, não será dois mil e vinte e seis dois mil e vinte e sete? Pergunto eu, é um lapso de escrita? -----

Presidente da Câmara: “É isso mesmo, dois mil e vinte e seis dois mil e vinte e sete, muito obrigado senhora deputada.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, António Maia, Helena Simões, Jorge Loureiro, Domingos Coelho, Alberto Saraiva, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Tiago Pais, Maria Isabel Rodrigues, Otelo Cabrita, Flávia Pereira, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Presidente da Assembleia: “Senhora membro da Assembleia Municipal Carla Vieira irei fazer questão de retificar o lapso e enviar a todos os membros da Assembleia e agradeço o reparo.” -----

A Mesa da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos dez e onze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do **Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2026-2030, incluindo Mapa de Pessoal, Plano de Recrutamento e o Quadro Plurianual de Programação Orçamental;** -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das **Grandes Opções do Plano 2026-2030;** -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: “Nos pontos dez e onze, está em apreciação e deliberação o orçamento plano orçamental plurianual, dois mil e vinte e seis, dois mil e trinta e as grandes opções do plano. Os documentos aqui em análise e deliberação correspondem ao primeiro exercício previsional deste executivo. Face à campanha eleitoral e às promessas então assumidas seria de esperar um plano e orçamento com uma outra conceção em rutura com os anteriores planos orçamentais da responsabilidade do PSD. Os documentos agora em análise seguem a estrutura dos anteriores, ao ponto de ficarmos na expectativa de o PSD vir acusar o Chega de plágio orçamental. As grandes linhas do plano estratégico do município assentam nos seguintes domínios cruciais, página vinte e um, primeiro domínio: elaboração de projetos de reinvenção e diversificação económica. Segundo

domínio: realização de ações com vista ao desenvolvimento tecnológico, aproveitando a localização central de Albufeira. Para estes domínios, não encontramos quaisquer ações em concreto que permitam alcançar os objetivos. Quarto domínio: promoção da biodiversidade e proteção de habitats prioritários que permitam o restabelecimento da fauna e da flora. Citação: para alcançar este domínio poder-se-ia potenciar o território da rede natura existente no concelho, mas nenhum dos documentos em análise faz referência a este território. Domínio sete e volto a citar: elaboração do plano de gestão dos riscos de inundações, não se consegue vislumbrar como elaborar este plano, se o plano de drenagem de Albufeira continua muito longe de ser cumprido e algumas das medidas nele previstas são remetidas para dois mil e trinta e um, caso do coletor de meia encosta, a nascente e as bacias de retenção a montante e o novo túnel nem constam nos documentos previsionais. Ressalta daqui um desfasamento entre domínios definidos como cruciais e ações em concreto para os alcançar. Quanto a verbas orçamentadas e respetivas rubricas, mais significativas consideramos o seguinte: um, a previsão de recolha de impostos situa-se nos cinquenta e dois milhões de euros, o que nos parece uma previsão demasiado otimista considerando a média dos últimos três anos que se situou nos quarenta e seis milhões, com um valor de IMT a baixar em especial em dois mil e vinte e cinco e sabe-se como este imposto tem sido o motor da saúde financeira do município. Dois: habitação, para dois mil e vinte e seis prevê-se um investimento de cinco virgula quatro milhões de euros no projeto Quinta dos Barros e para dois mil e vinte e sete-vinte e nove um investimento de cerca de dez milhões no projeto em Fontainhas, totalizando um investimento em habitação a rondar os vinte milhões. A previsão do total dos orçamentos para os quatro anos do mandato do executivo situa-se nos seiscentos milhões de euros. Assim, e segundo a previsão do investimento em habitação ronda um valor médio de três por cento do total dos orçamentos, o que nos parece manifestamente pouco para as necessidades tão prementes. Três: requalificação urbana, as principais intervenções situam-se na Rua Sá Carneiro, na Rua do MFA e na Rua António Aleixo. Estas últimas em dois mil e vinte e seis-vinte e sete. Acontece que a Rua António Aleixo, levou um piso novo neste verão, assim, caso as obras se iniciem em dois mil e vinte e seis o piso será completamente inutilizado. Quanto à Rua do MFA prevê-se uma intervenção em dois mil e vinte e seis-vinte e sete, no entanto, prevê-se a construção do coletor de meia encosta em dois mil e trinta e um, com o seu traçado a passar por esta rua. Se assim for, a intervenção anteriormente efetuada, será completamente afeta dado o volume da obra a que o coletor obrigará. Estamos sem dúvida perante uma descoordenação e má programação por falta de conhecimento da realidade da cidade e do concelho. Quatro: fornecimento/venda de água, tal como o anterior executivo também o atual parece usar a água como elemento fundamental para acertos orçamentais. Sub orçamenta claramente na compra, registando somente um virgula três milhões euros, já na venda do precioso líquido regista quase onze milhões. Entre a realidade na compra e na venda ainda a autarquia lucra mais de três milhões de euros, poder-se-ia assim baixar o preço da água para a população com mais dificuldades económicas. Cinco: o valor cobrado em taxas em dois mil e vinte e seis ronda os dezassete milhões de euros, treze por cento da receita total, mas para dois mil e vinte e sete o valor a cobrar sobe para os vinte e nove milhões. Com esta apreciada receita bem poderia o executivo isentar de taxas para construção, requalificação de primeira habitação. Seis: a cultura, também neste setor o Chega iguala o PSD ao

remeter a cultura como parente pobre do orçamento. A previsão é de duzentos e cinquenta mil euros mais seiscentos e trinta e três no não definido, o que equivale a zero virgula quarenta e seis do orçamento. Também o projeto do Museu do Barrocal que o atual Presidente da Câmara considerou de revelante interesse, leva o mesmo tratamento dos últimos orçamentos, ou seja, uma verba de duzentos e oitenta e sete mil euros para arranjos da envolvente de um espaço que não existe.” -----

Luís Rodrigues: “O orçamento é mais do que um mero instrumento de gestão financeira. Eu vou dizer o que eu penso do orçamento, daquilo que me foi apresentado e que me chegou. Eu penso que é acima de tudo, uma declaração política clara mas é acima de tudo também nesta altura, o orçamento possível. O novo executivo liderado pelo Presidente Rui Cristina iniciou, como todos sabem, auditorias financeiras e procedimentais. O executivo esteve a trabalhar num calendário muito apertado, as eleições foram em outubro e trazer um plano de orçamento para aprovação ainda em dezembro, garantindo que em dois mil e vinte e seis começa com as principais opções políticas e financeiras já definidas, é um sinal que o executivo procura responder simultaneamente a duas exigências políticas fundamentais, assegurar a estabilidade desde o primeiro dia, e a assumir sem reservas a responsabilidade do novo ciclo autárquico. E, esta escolha não é irrelevante, evita soluções transitórias, eu não sou de economia, mas quem é de economia percebe isto que estou a dizer, como a gestão por duodécimos e, permite que os serviços municipais avancem com uma maior previsibilidade logo desde o início do ano. Num contexto de liderança política, este fator contribui para a estabilidade institucional e para uma execução mais eficaz das políticas públicas. Acho que, é uma escolha que revela um sentido de responsabilidade institucional. Com um volume global próximo dos cento e trinta e sete milhões de euros ainda assim reflete opções, mas mais do que números é um exercício de visão e de responsabilidade política, como já disse. Existem desafios e existem heranças do anterior executivo, uma das decisões mais visíveis tem a ver com a carga fiscal municipal, tivemos há pouco tempo uma Assembleia onde a ordem de trabalhos tinha a ver com estes assuntos. Aquilo que foi decidido, corresponde a uma orientação política claramente favorável ao reforço financeiro das famílias e das empresas, em linha com o que foi assumido no programa eleitoral, ao contrário de outros, não vem para aqui ninguém defender o pagamento de derramas e taxar as empresas que faturavam mais do que cento e cinquenta mil euros, portanto, nós estamos de acordo com a nossa linha de política eleitoral. Há aqui uma coerência que importa sublinhar, o que foi prometido em campanha encontra tradução prática no primeiro grande documento financeiro deste ano. Já discutimos um ponto anterior, que tinha a ver com o que estava comprometido em novembro, trinta por cento estava comprometido, cinquenta e dois por cento está executado e portanto, estas duas questões estão sempre muito interligadas, mas são muito técnicas para quando se debate aqui um orçamento na Assembleia Municipal, e cingi-me basicamente a questões que as pessoas percebam, porque é essa também a nossa função, é falar para as pessoas, é falar para os munícipes, é falar para quem nos elegeu, que percebam que muitas vezes os orçamentos não são o que se quer, mas são o que se pode. E, num primeiro mandato, mais a mais tendo sido as eleições em outubro é o que se pode, reforço. No plano das prioridades o orçamento evidencia uma aposta clara em áreas como a habitação, a educação, a saúde, a mobilidade e a ação social. Muito do orçamento está comprometido, por compromissos assumidos e isso limita a ação do

executivo de algumas bandeiras eleitorais, porém não estão esquecidas, esta discussão envolve a construção de um futuro mais justo, mas temos de fazer uma coisa, limpar as gavetas do passado, para melhor construir a cidade e equilibrar o crescimento com as necessidades reais da cidade. Possivelmente, projetos que foram bandeiras de campanha de dimensão infraestrutural ficam para já em suspenso, não se trata de um recuo estratégico ou falta de ambição, mas de uma decisão consciente, considerar recursos onde o executivo entende ser mais prioritário e onde o retorno na vida das pessoas deverá ser mais relevante, deixando outras intervenções para um momento mais favorável. Priorizar implica escolher, e escolher implica adiar. E a escolha de priorizar alguns investimentos deixando outros em carteira revela uma leitura estratégia do momento e das necessidades do concelho. O verdadeiro teste será agora a capacidade de transformar estas opções em resultados concretos para a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável ao longo do próximo ano. Não existe grande margem, dos investimentos que foram projetos do plano eleitoral o único projeto que se conseguiu incluir neste novo orçamento foi o centro autárquico, os cinco milhões, duas viaturas para a polícia municipal e um reboque. O senhor Domingos, falou em termos da habitação, já se percebeu a antecipação para dois mil e vinte e seis de algumas obras, a habitação social das Fontainhas, que se cifra em quatro milhões é uma delas. Tendo em conta aquilo que são os constrangimentos que elenquei, penso que o orçamento é um orçamento bastante responsável, sério e exequível.” -----

Nelson Cachita: “Há dias, estava em conversa aqui com o senhor deputado Luís Rodrigues e ele disse-me assim “um dia nós vamos discordar” e chegou o dia, porque aquilo que o senhor disse aqui é que este orçamento traduz tudo aquilo que foi prometido em campanha. Peço imensa desculpa, mas isso não é verdade, porque aquilo que se via em todos os outdoors espalhados pela cidade, durante as autárquicas era, o Chega vai mudar Albufeira para muito melhor, eu não duvido, mas não é com este orçamento, pois não? Com este orçamento não é. Senhor Presidente, porque este Orçamento é um orçamento de continuidade, e isso importa ser dito com clareza, sobretudo, porque o atual executivo chegou ao poder prometendo fazer exatamente o contrário, prometeu mudança, prometeu execução, prometeu menos burocracia, prometeu uma câmara mais rápida, mais próxima, mais eficaz. Ora, olhando para este documento o que vemos é essencialmente a manutenção do modelo anterior, com pequenas correções, mas sem uma alteração estrutural na forma como o município planeia, decide e executa. Este ponto é fundamental, Albufeira não tem um problema de falta de dinheiro, tem é um problema de falta de execução. Estamos a falar de um município com uma capacidade de receita muito elevada, não podemos só arrecadar, também temos de gastar. Mas a realidade é esta, o dinheiro existe, os planos existem, os relatórios existem, as obras é que muitas vezes não. Para a iniciativa liberal, boa gestão pública não se mede pela quantidade de verbas orçamentadas, nem pela dimensão do saldo transitado, mede-se pela capacidade de transformar recursos em resultados concretos, estradas feitas, escolas requalificadas, processos resolvidos, habitação construída e investimento facilitado. E, é aqui que orçamento levanta sérias dúvidas, a despesa corrente continua elevada, os serviços externalizados mantém um peso significativo, os compromissos plurianuais prolongam-se até dois mil e trinta e a margem de decisão futura fica cada vez mais limitada, isso significa que quem vier a seguir terá menos liberdade para escolher ou para



corrigir seja aquilo que for. Dinheiro parado em caixa não é virtude nenhuma, como disse há pouco a Câmara Municipal de Albufeira não é nenhum banco, e muitas vezes é sinal de lentidão administrativa, enquanto os milhões se acumulam, as obras arrastam-se, os concursos ficam desertos, os projetos são sucessivamente revistos e os munícipes continuam à espera. A Câmara não pode ser apenas uma boa cobradora de taxas e impostos, tem de ser uma entidade que resolve problemas, cria condições para que o concelho avance e isso exige exatamente aquilo que foi prometido em campanha, menos burocracia, mais decisão e mais rapidez. Na habitação, essa contradição é ainda mais evidente. A construção de habitação pública é necessária, não há volta a dar, temos de construir, mas todos sabemos que a construção pública é lenta, dispendiosa e insuficientes para responder à escala do problema que temos em Albufeira. A promessa de centenas de casas, como o Senhor Presidente fez, pode ser bem-intencionada, mas na prática não resolve o problema da pressão real sobre o mercado habitacional. A Iniciativa Liberal, defende uma abordagem diferente e complementar, licenciamentos mais rápidos, regras mais claras, previsíveis, processos simples e parcerias com quem quer investir, porque quando a Câmara deixa de ser um obstáculo e passa a ser um facilitador, a oferta aumenta e os preços começam a corrigir. O maior entrave ao investimento em Albufeira não são os impostos, porque mais baixo não dá, o problema de Albufeira é a burocracia, a demora, a incerteza e a falta de previsibilidade. Quem quer investir em Albufeira dificilmente o faz, porque não sabe quanto tempo vai demorar. É por isso que este orçamento deixa uma sensação clara de que há estabilidade financeira, mas falta uma ambição reformista, como o Senhor Presidente disse na campanha, é preciso ter coragem para mudar, não chega palavras, é preciso haver essa coragem, não estou a dizer que não há, atenção. Em relação às Grandes Opções do Plano, importa começar por reconhecer o aspeto positivo, o investimento previsto no Centro de Saúde de Albufeira. A ampliação da unidade de requalificação do edifício existente e a criação de condições para a sua expansão são essenciais para o concelho. É uma infraestrutura crítica, com impacto direto na saúde, na atratividade do concelho e na qualidade de vida dos munícipes. A Iniciativa Liberal, considera este investimento estratégico e necessário, mas é precisamente aqui que surge a questão central, orçamentar não é executar, não chega meter no papel, uma parte significativa deste documento continua pendente de financiamento que não está definido, assente em saldos transitados de um ano para o outro e em expectativas futuras. Ora, a experiência recente mostra-nos que planos ambiciosos sem financiamento claro e sem simplificação processual tendem a ficar pelo caminho. A pergunta que se impõe é direta e legítima, pode o Senhor Presidente garantir que com o financiamento identificado e calendário concreto, que o novo Centro de Saúde será efetivamente executado durante o atual mandato? Espero bem que sim. Ou estamos perante mais uma promessa bem escrita, mas dependente de revisões e adiamentos, constrangimentos administrativos? Para a Iniciativa Liberal, planeamento sério exige três condições básicas, fontes de financiamento claras, prazos realistas e públicos e uma estrutura administrativa capaz de executar sem entraves desnecessários. Albufeira tem capacidade financeira, o que falta é capacidade de decisão rápida, simplificação administrativa e foco na execução. Esta é a diferença entre governar com propaganda e governar com resultados. Eu não sou grande político, mas diria que se o Senhor Presidente conseguir executar três projetos neste mandato, diria que praticamente tem a próxima



eleição garantida, Centro de Saúde, habitação, as quinhentas casas não chegam, agora a questão que fica é: está o Senhor Presidente em condições de garantir que isso vai ser feito? Compromete-se que isso é feito durante o seu mandato?” -----

Presidente da Câmara: “Muito obrigado pelas vossas questões, tenho de fazer uma declaração antes de vos responder, há muitos de vocês que não vou conseguir dar resposta, a quem não conseguir dar resposta, poderemos dar por escrito. Sou engenheiro civil, não sou financeiro, mas como sabem hoje apresentamos o orçamento e as Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e seis-dois mil e trinta, num contexto que tem de ser sempre referido desde o início. Como vocês sabem, nós tomamos posse dia três novembro e temos por isso, isto é categórico é a realidade, tivemos um calendário extremamente curto para preparar um documento tão estruturante, como todos nós sabemos para o futuro deste concelho. Não é num mês e quinze dias, tinha de tomar posse e me dedicar logo ao orçamento, sabem que isso é impossível, tenho de ser o mais sério possível com vocês, não vale a pena estar aqui a iludir-vos de outra maneira. Como é lógico tivemos de nos basear nos serviços, pessoas capacitadas, preparadas, que tiveram de elaborar grande parte desse trabalho, ou seja, este não é o orçamento ideal, nem é o orçamento que gostaríamos de ter desenhado de raiz, isto tem de ficar aqui bem claro, não vale a pena estar aqui a tapar o sol com a peneira e é inevitavelmente um orçamento que incorpora procedimentos em curso, contratos e compromissos assumidos, bem como os encargos que ainda não se encontram pagos e que transitam para dois mil e vinte e seis, o que condicionam a margem de manobra deste novo executivo. Dito isto, é igualmente também importante afirmar com frontalidade que este orçamento já reflete muitas das prioridades e compromissos que assumimos, estão aqui explícitos bandeiras, estão aqui vertidas orientações na parte da habitação, na parte da saúde, na parte da segurança e até da própria educação, que fomos acusados sempre, recordo com carinho que diziam que nós não estávamos a priorizar a educação. Nós vamos priorizar a educação, porque a educação é claramente a base, pedra basilar da formação dos nossos filhos e das gerações vindouras, e claro a social, ou seja, isto não são slogans para nós, isto são responsabilidades. Mas também quero deixar aqui uma nota que, eu considero que é essencial, como já aqui foi dito e, eu vou repetir, quando eu concordo com aquilo que dizem eu tenho que realçar, ou seja, governar não é apenas inscrever milhões em rubricas orçamentais, um orçamento pode e deve ter números grandes, mas se não houver execução, se não houver concretização não há respostas, ou seja, não há as respostas que nós queremos dar às pessoas, a quem votou em nós, e mesmo a quem não votou, porque são todos iguais para nós, são pessoas que merecem respeito, atenção, carinho e o que verdadeiramente conta, já aqui foi dito por vários deputados, o que verdadeiramente conta é nós concretizarmos, tirar os projetos da gaveta, do papel e entregar as obras. É por isso que eu volto a dizer, contra todas as vicissitudes que eu assumo aqui perante vós, com total determinação, respondendo-lhe agora mais diretamente, que a nossa prioridade não será apenas aprovar planos, nem reformulá-los, nós queremos cumpri-los com rigor e com capacidade, se vamos ter capacidade para fazê-lo, só o futuro o dirá. Eu estou empenhado em fazê-lo, agora há uma coisa que vou bater com firmeza, é cumprir para com os albufeirenses, não se sintam ludibriados pelo voto que colocaram em nós. Depois, há aqui várias coisas que não foram introduzidas, como as bacias de retenção, mas é algo que eu defendo, é uma medida prioritária,

quando fizermos a revisão do PDM tem que estar lá acautelado as bacias de retenção, como foi aqui dito, da rua António Aleixo, ainda bem que me chamou a atenção, sou contra, como engenheiro civil que sou, fazer obras de reabilitação quando temos pavimentos colocados, nós sabemos que o betuminoso são milhares de euros, para não falar em milhões, vamos ter que reavaliar a prioridade, se não vamos ter de esperar, investir noutro lado, isto é um jogo, isto é um lego, temos de tirar de um lado para pôr no outro, e é isso que nós estamos a tentar fazer. Nós temos aqui, várias bandeiras, como já aqui foi dito, temos a Escola Secundária de Albufeira, vamos tentar concretizar, temos a Escola Básica Integrada das Ferreiras para continuar, temos a Francisco Cabrita. Na saúde, vou ter de lhe dizer isto, temos de concretizar o Centro de Saúde até trinta de julho, esta é a realidade. Isto atrasou tudo, já fui ao Ministério da Saúde a duas reuniões, já analisei aquilo de trás para a frente e da frente para trás, realmente o executivo anterior não soube, eu não quero acusar ninguém, as coisas podiam ter sido feitas de outra maneira, não foram e nós estamos atrasados, relativamente a isto. Mas eu vou arriscar, como eu já disse aos senhores vereadores da oposição, vou lançar um concurso, estou a fazer tudo para lançar um concurso internacional urgente, em vez de ter os dezoito meses para fazer o novo edifício, onde vai estar as USF, tentar fazer isto em duzentos e noventa dias, temos de lançar o procedimento. Sabem que, desde dois mil e vinte e um, os preços subiram brutalmente, há um acréscimo de vinte/trinta por cento, eu não posso lançar um concurso internacional para ter o concurso vazio, tenho de fazer um ajuste de preços, já tratamos dessa parte, agora temos de lançar o procedimento, o tal concurso internacional, arranjar uma empresa que consiga concretizar, em vez dos dezoito meses, os duzentos e noventa dias, e em vez de terminarmos no dia trinta de julho a ver se conseguimos prorrogar um bocadinho, mas vai depender também da boa vontade do Estado. Vocês estão a perceber que poderia ser mais cómodo para mim dizer que tinha de adiar mais um ano ou dois, não me vou meter neste assunto, porque nós poderemos vir a perder todo o dinheiro que investimos lá, investimos e depois não é ressarcido, como não é ressarcido vai nos fazer falta para outras obras que são também importantes. Para perceber, senhor deputado que nós damos importância à saúde, eu principalmente dou, fui coordenador de saúde durante muitos anos na Assembleia da República e quero dar médico de família a todos os albufeirenses, não tenha dúvidas, mas para isso, para dar as melhores condições temos de fazer infraestruturas. Agora, isto vai ser um risco que eu vou assumir, é só para você entender e perceber o quanto eu estou focado para o conseguir, agora se vou conseguir não sei, sou humano, se me colocarem casquinhas de banana eu não vou lá, mas eu tenho estado a desviar-me, desvio-me para um lado e caio, levanto-me e vou continuar nesta luta. Eu sou signo Touro, sou obstinado, quando meto uma coisa na cabeça vou até ao fim, e tem sido assim a minha vida toda, não é que eu seja mais nem melhor do que outra pessoa, nem pior, é a minha maneira de ser, por isso estou aqui obstinado para tentar concretizar. E, quando você fala que há muito investimento em outsourcings, tem razão, eu não estou a descorar nem estou a secundarizar quem trabalha na Câmara, temos grandes técnicos nesta Câmara, não tenha dúvidas sobre isso, só que às vezes a burocracia é tanta que nós temos que gastar mais qualquer e temos de fazer um outsourcing, imaginemos para um projeto, para por exemplo fazer uma revisão de preços, para que as coisas aconteçam dentro do timing, do tempo certo, porque também estamos limitados a nível de técnicos, temos poucos

técnicos, estão assoberbados de trabalho e, às vezes mais vale gastar mais uns milhares de euros, mas depois o resultado final valer a pena. Você sendo da IL, sei que você pensa desta maneira também, é assim que pensa a Iniciativa Liberal, às vezes temos que recorrer ao privado, parcerias público-privadas, isto é real, tive vários debates na Assembleia da República com os colegas deputados, na altura da IL, onde nós debatíamos sobre a saúde onde nós defendíamos praticamente a mesma coisa, um chamava-lhe parceria público-privada o outro chamava outra coisa, mas era igual. Nós defendíamos que, tínhamos de juntar a eficiência do público com o privado para tentar atingir os nossos objetivos e é isto que nós vamos tentar fazer. Na habitação muito dificilmente construirei quinhentas casas nos quatro anos, sabe disso, já lhe expliquei e publicamente porque não temos terrenos suficientes para isso, estamos à espera da revisão do PDM. E, mesmo que haja revisão do PDM, temos aqui vários contrapontos, temos muitos terrenos dispersos, mas eu discordo daquilo que você disse, relativamente à habitação, eu acho que o município tem um grande peso para resolver o problema da habitação. E, há vários autarcas do país que já o demonstraram, que se a autarquia construiu muita habitação, é a lei da oferta e da procura, mas claro também temos que ter a situação como disse e muito bem e eu defendi, por isso é que eu apostei na remodelação do urbanismo o quanto antes, nós temos que investir na remodelação do urbanismo para o tornar mais eficiente, fazer investimentos, tornar os procedimentos mais claros, o requerente tem que ter acesso com o código do seu processo, sabe onde é que está, sabe com quem está, sabe se está atrasado, tem uma previsão de quando é que vai ser ultimado o processo, ou seja, para atrair os tais jovens, as estas pessoas que querem investir no nosso concelho. Ou seja, isto está aqui pensado, agora temos de passar das palavras aos atos, nós sabemos que isso é o mais difícil, agora também entendam, isto é um mês e quinze dias. Eu sentei-me ali na sala ao lado com muita falta de conhecimento de como isto funciona, como devem de imaginar, eu ou qualquer outra pessoa. Venho de uma Assembleia da República, não venho de uma Câmara Municipal, por isso é normal que o tempo foi muito escasso e nós apresentamos aquilo que nos foi possível, tem erros? Tem, tem lacunas? Tem, mas está explícito aqui algum do nosso DNA? Está, e o mais importante do que isto é nós concretizarmos. Quando foi dito aqui e muito bem pelo professor Domingos Coelho, já tínhamos falado naquela reunião preparatória, que colocamos o coletor da meia encosta para dois mil e trinta e um, mas vamos tentar equilibrar isto e tentar puxar essa obra num próximo orçamento, para que em vez de estar em dois mil e trinta e um que venha para dois mil e vinte e sete, se possível. Vamos tentar fazer aqui o encaixe, onde for possível, agora o dinheiro não é ilimitado, vocês têm de ter a noção disso, a gente puxa, puxa, mas ele não estica. Já perceberam que temos aqui algumas bandeiras, por exemplo, a segurança que era algo que eu gostaria também de andar para a frente, não apenas na habitação, na saúde e na educação, na segurança queríamos fortalecer a Polícia Municipal, vamos ver se conseguimos fazê-lo, temos de fazê-lo, porque senão vou chegar ao verão e vou ter o mesmo problema que tive no ano passado, e depois vão dizer que isto do Chega é só conversa. Temos de contratar, já abri concurso para contratar, vamos comprar novas viaturas, para dar alguma dignidade aos polícias municipais, temos de lhes construir uma infraestrutura, o tal centro de coordenação autárquico de segurança, onde tenhamos Proteção Civil, Bombeiros tudo lá dentro, ir buscar aquilo que é feito nos outros municípios, há aqui uma vontade enorme. Ficou muita coisa por responder,



claramente, falam em isentar taxas para a primeira habitação, concordo, é algo que tenho mesmo de analisar, eu acho que faz todo o sentido que assim seja e tenho pensado algo para Paderne, que é uma zona mais de serra, mais barrocal, eu acho que ali devia de haver um benefício fiscal de IMI e IMT para atrair para ali pessoas para Paderne. Não descurando as outras três freguesias, eu quero dar um foco especial a quem foi esquecido nos últimos anos e Paderne foi esquecido, peço imensa desculpa às outras juntas de freguesia, mas eu acho que Paderne merece um foco especial. Agora, vamos passar das palavras aos atos, é isso que eu quero. Desculpem não ter respondido a tudo, mas também há aqui uma limitação da minha parte, não sou financeiro, mas pelo menos dei aqui a entender aquilo que me vai na alma relativamente ao orçamento para dois mil e vinte e seis.” -----

Uma vez chegada as vinte e duas horas e trinta minutos a Presidente da Assembleia colocou à votação a continuação dos trabalhos, que foi aprovado por maioria. -----

Desidério Silva: “Tenho estado a ouvir atentamente todos os intervenientes e particularmente o Presidente Rui Cristina e, tem-me surpreendido pela positiva e tenho que dizer isso abertamente, porque um homem que vem do Parlamento, que vem de outro tipo de atividade e chega aqui, ainda não tem dois meses e, obviamente que nesse alinhamento é assertivo, é explicativo. Eu já passei por vários orçamentos, também estive muitos anos sentado ali ao lado. O que eu queria dizer é que, um orçamento claramente é um plano de intenções, é um plano onde se pretende enquadrar aquilo que são as prioridades do município e temos de fazer todos os esforços para ir à procura do financiamento, quer direto, quer indireto e quando apostamos na saúde, quando apostamos na habitação, quando apostamos na segurança, quando apostamos, enfim, naquilo que diz diretamente com a vida das pessoas, obviamente que isso é um fator de positividade, nem sempre as coisas correm bem, porque a questão que o Presidente levantou e é verdade, às vezes não há empreiteiros suficientes para fazer as obras e os valores das empreitadas são muito grandes e alguns nem aparecem aos concursos. E, para aqueles que estão na Assembleia pela primeira vez, não se admirem que apareçam revisões, que apareçam alterações, porque isso é a forma de agilizar procedimentos. Muitas das vezes é preciso tirar dinheiro que está cativo, mas que se sabe que não vai gastar, é preciso pô-lo noutra rubrica e é preciso gastá-lo, porque senão ele fica por ali e não serve para nada e, portanto, acho que o Presidente, tem as ideias, tem alguns projetos que já falou, que vinham também de trás e, é verdade, vinham do executivo anterior e agora é preciso dar corda aos sapatos para se executar. Mas qualquer das maneiras era só para dizer que, eu tenho alguma experiência disso e há coisas que têm que ser feitas durante o mandato, porque se não forem feitas perde-se, vão outros municípios buscar, e portanto é preciso arriscar e é uma coisa que é preciso fazer sempre, é não estar sentado à espera que venha alguém de Lisboa ter connosco, temos que ir a Lisboa as vezes que forem necessárias, aos Ministérios que forem necessários, com os temas que forem necessários porque aquela gente só ouve lá no gabinete deles. Porque eles vêm cá passeando, andando por aí e levam informação até Grândola e quando chegam a Alcácer já se esqueceram da informação. Portanto, queria dizer isso e desejar um bom trabalho, obviamente que vamos falando durante as Assembleias, mas as propostas e as prioridades que aí estão são importantes, agora é preciso, obviamente, passá-las à prática, mas eu acredito que com essa vontade que as coisas acontecem.” -----

Domingos Coelho: “Já que o Senhor Presidente falou da necessidade de habitação, falta de terrenos e alguma vontade em investir em Paderne, eu relembriaria que há cerca de quatro anos foi aprovado o Plano de Requalificação de Paderne, e aí prevê uma variante por trás do cemitério e sair junto ao centro comunitário, aí há muitos terrenos onde se pode construir, terrenos eu diria relativamente baratos face ao preço do resto do concelho, portanto, penso que é um desafio grande e é uma alternativa, penso que viável, tendo em conta que o projeto de requalificação de Paderne está provado, existe. Já agora, agrada-me que tivesse de acordo comigo para a necessidade de isentar taxas de construção para primeira habitação, e eu acrescentaria, para não esquecer, o caso das ARU’s, que existem duas em Albufeira e na aldeia de Paderne, que são, digamos, situações especiais em termos de legislação que facilita a construção de uma forma mais expedita e a preços mais baratos.” -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: “Boa noite a todos, venho aqui para desejar um bom Ano Novo a todos vocês e que seja um ano bom para Albufeira. Já que aqui estou, vou falar do orçamento. A minha área também não é a área financeira, sou do desporto, mas tenho um irmão que é economista, e é técnico oficial de contas aqui em Albufeira, mas não foi preciso mostrar-lhe o orçamento, que aquilo que vi para a freguesia da Guia, foi aquilo que já falamos. Não há um investimento, não há investimento na nossa freguesia, o que temos para dois mil e vinte e seis é aquela rotunda, que tem o valor já definido. Depois, temos um valor definido também para o balneário dos campos sintéticos. O que venho pedir é que, na próxima revisão tenha atenção também à nossa freguesia Senhor Presidente. Acho muito bem que puxe por Paderne, mas puxe também pela Guia, Ferreiras e Albufeira, puxe por todos nós porque isto é um grande concelho, você há pouco disse que gosta de dormir descansado, eu também gosto, estou cá há oito anos como Presidente de Junta, durmo descansado todas as noites e tenho a certeza que daqui a quatro anos no final do mandato você vai dizer que trabalhou com as melhores pessoas de Albufeira, que somos nós.” -----

Presidente da Câmara: “Isto está a correr melhor do que estava à espera, o que é bom sinal, quer dizer que estamos todos a lutar pelo mesmo. Agradecer ao senhor deputado Domingos Coelho, pela informação relativamente a Paderne, não tinha esse conhecimento, vamos olhar com proximidade relativamente a isso. Também agradecer ao senhor Desidério Silva, ex-Presidente de Câmara pelas palavras que aqui foram ditas, uma pessoa com experiência que já passou por mais de uma dezena de orçamentos, esta dentro do assunto, faz mais quem quer do que quem pode, e claramente há algo que podem ter a certeza, irei muitas vezes a Lisboa, porque é lá que as coisas acontecem, se não andarmos a bater à porta as coisas não acontecem e não podemos ficar aqui no conforto do município, temos mesmo que ir ao combate. Relativamente ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guia, foi como disse aqui e disse e muito bem, falou na rotunda e falou nos balneários, mas como sabe vai haver muitas alterações ao orçamento e com certeza que não me esquecerei da Guia, como também não me vou esquecer de Albufeira e Olhos de Água, nem das Ferreiras, como é lógico, já estão ali a olhar de lado a pensar que só falo das Juntas mais à minha esquerda, mas estão todas no mesmo patamar de importância, mas vou olhar com um carinho especial para Paderne, não me levem a mal, eu gosto de Paderne, não quer dizer que não goste das outras, mas eu acho que temos que dar aqui um trampolim para que estejam todas praticamente no mesmo patamar. Vai ter



de haver investimentos nas Juntas de Freguesia e nós estaremos cá para trabalhar, da mesma maneira que eu vou dizer que trabalhei com boas pessoas, eu acredito também que irão dizer o mesmo, espero que digam o mesmo, quer dizer que é sinal de que tudo correu bem, é isso que eu quero, que corra bem e que as pessoas estejam sempre no centro das decisões, é isso que nós queremos, o resto é conversa de político.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO PONTO DEZ: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: onze (11) Carla Vieira, Helena Simões, Domingos Coelho, Alberto Saraiva, Maria José Leote, Tiago Pais, Oteló Cabrita, Flávia Pereira, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: uma (01) António Maia. -----

Votos a favor: treze (13) Luna Silva, Desidério Silva, Jorge Loureiro, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Henrique Coelho, Maria Isabel Rodrigues, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO PONTO ONZE: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: onze (11) Carla Vieira, Helena Simões, Domingos Coelho, Alberto Saraiva, Maria José Leote, Tiago Pais, Oteló Cabrita, Flávia Pereira, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: catorze (14) Luna Silva, Desidério Silva, António Maia, Jorge Loureiro, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Henrique Coelho, Maria Isabel Rodrigues, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Helena Simões: “Primeiro que tudo, gostaria de clarificar que a abstenção não visava, nem visa obstaculizar o trabalho do executivo, até porque somos sensíveis à questão da recém-chegada do executivo, no entanto, houve um convite para estarmos presentes numa reunião de esclarecimentos do documento, porque o documento é técnico, é extenso. Esse convite, chegou-me a menos de dois dias úteis de antecedência, o que me inviabilizou a minha presença e limitou de forma objetiva a possibilidade de contributo informado. Esse é um dos motivos da minha abstenção. Depois, os outros motivos, prendem-se com uma análise responsável dos documentos estratégicos apresentados, que desde logo, porque uma parte substancial dos grandes projetos neles inscritos corresponde a projetos já anteriormente definidos, programados ou em execução, surgindo agora maioritariamente como continuidade, reprogramação ou faseamento de opções passadas. Eventualmente, porque eu não beneficiei dessa dita reunião e dessa dita explicação, eu não consegui detetar o dito ADN referido pelo senhor Presidente nos dois documentos. No entanto, a continuidade em si não é ilegítima, revela-se é politicamente insuficiente é a ausência de uma avaliação crítica, estruturada desses projetos e de uma identificação clara daquilo que verdadeiramente muda, no dito ADN, nos ditos documentos, o que verdadeiramente muda a nível de prioridades, forma de execução, critérios de decisão e nos mecanismos de responsabilização. Face à mudança, tão anunciada os munícipes criaram expectativas, legítimas de uma diferenciação substantiva,



expectativas também criadas em mim, e que não vi refletidas no documento, digo e repito, eventualmente porque não beneficiei da explicação. Mas dois dias úteis torna-se difícil. Essa diferenciação não se evidencia de forma clara nos documentos apresentados que mantém uma matriz estrutural muito próxima de opções anteriormente assumidas, sem demonstração objetiva do que foi revisto, corrigido ou transformado. Acresce que, o processo de participação tal como atrás já referi, ficou fragilizado face ao curto espaço de tempo, no convite para a reunião informativa e de esclarecimento do dito documento, logo é um voto de exigência política, de coerência com a mudança anunciada e defesa de um planeamento que não se limita reiterar intenções, mas que assuma escolhas claras, avaliáveis e politicamente responsáveis. Estes são motivos pelos quais a minha abstenção figurou no quadro.” -----

Maria José Leote apresentou e leu declaração de voto. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----
Presidente da Assembleia: “Querida apenas aqui fazer um pequeno aditamento àquilo que foi referido aqui pela senhora membro da Assembleia Municipal, Helena Simões, da coligação Ser Albufeira, como Presidente da Assembleia Municipal, efetivamente houve pouco tempo para os senhores membros da Assembleia se pronunciarem sobre este ponto, mas sobre isso o Senhor Presidente da Câmara já esclareceu, mas importa referir que, foi feito algo que nunca foi feito antes, a Presidente da Assembleia Municipal assegurou que nesta reunião não fossem só convocados os líderes da bancada, mas todos os deputados desta Assembleia Municipal, porque, a partir de agora todos estes deputados da Assembleia Municipal vão ter palavra relativamente ao orçamento e relativamente às GOP, e é bom que isso fique aqui esclarecido e tem que ser dito para que todos saibam.” -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea nas alíneas o) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta dos **Apoios logísticos pontuais às freguesias do Concelho de Albufeira**; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----
 Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Desidério Silva: “É apenas uma sugestão, tem a ver que todos estes apoios que vão à reunião de Câmara que depois vêm à Assembleia Municipal, mas há apoios que em termos de temporização era importante agilizar, que vissem, em termos de legislação, se é possível agilizar isto, porque há apoios que vão à Câmara, mas depois há uma Assembleia, um mês e meio depois, entretanto esses apoios são para ações que têm que se concretizar ao fim de oito ou dez dias, e imagina que há um apoio que depois a Assembleia chumba, ou seja, é uma questão de procurar encontrar aqui uma solução, a Câmara decide e depois, eventualmente, aqueles que tenham necessidade de vir à Assembleia ou que tenham tempo até à próxima Assembleia. É uma sugestão, juridicamente não sei como se faz, é apenas para tentar agilizar isto, porque senão quando vem à Assembleia já a ação está feita, já o evento está feito, e normalmente é aprovado, mas é um procedimento que já passou, com algum tempo. É uma sugestão.” -----

Presidente da Assembleia: “Muito obrigada, senhor deputado, a sua sugestão foi acolhida.” -----

Presidente da Câmara: “Quero agradecer pelo contributo, iremos analisar e ver o que é que é possível fazer.” -----



Vice-Presidente: “Muito boa noite a todos, o ponto que estamos aqui a tratar são as atribuições que vamos fazer depois às Juntas, aqueles ajustes, tivemos reunidos com os Presidentes de Junta, com o Senhor Presidente. Peço desculpa, isto são os apoios logísticos, estava a falar de outra coisa, que nós já tínhamos reunido, agora iremos levar ao executivo para depois passar para os Presidentes de Junta e elaborar o documento.” -----

Helena Simões: “Este ponto já veio no anterior mandato e foi solicitado pelo anterior executivo mesmo no sentido de agilizar, porque muitas das vezes havia uma necessidade quase de fazer Assembleias Municipais de quinze em quinze dias para se aprovar um simples apoio logístico, porque a lei assim o estipula e, não me choca replicar novamente neste mandato. Só tenho duas ou três perguntas em concreto, porque o documento dá uma determinada justificação para transferir esta competência, este ónus, para o executivo e depois vir apenas como ponto informativo à Assembleia Municipal, para a Assembleia Municipal tomar conhecimento dos apoios concedidos ou não. Esta questão já no último pedido do anterior executivo surgiu que, eventualmente haver um definir de regras claras, critérios prévios de controlo prévio, ou seja, o que vai passar a acontecer é, a deliberação cabe ao executivo, que tem o poder discricionário do sim ou não. Se viesse à Assembleia era decidido aqui como a lei o diz, mas aqui estamos a transferir. Como há também o regulamento, existem vários regulamentos de atribuição de apoios a IPSS e afins, um critério que fosse definido, um procedimento que fosse definido para que fosse uma forma objetiva. Esta situação já foi colocada no passado, o executivo anterior comprometeu-se em o fazer, até ao momento ninguém o fez. Também o executivo atual justifica este pedido com constrangimentos no modelo atual sobre os apoios logísticos às freguesias. Eu pergunto em concreto, ao Presidente, que constrangimentos é que sentiu? E, por acaso aqui nas minhas cábulas até tinha a expressão que usou há bocado “as cascas de banana”, escrevi isto em casa, por isso já sabia o que ia dizer. E, é reiterar novamente aquilo que eu disse, que é os critérios objetivos previamente definidos, asseguram que estes apoios serão atribuídos de forma equitativa, transparente e não discricionária. Eu própria não lhe sei dizer quais é que serão os critérios, mas eventualmente para pedidos de autocarro uma determinada antecedência, nestes critérios é concedido, para pagamento do seguro, só estou a dizer para não haver um poder discricionário do executivo que possa haver algum tratamento desigual perante as freguesias. No entanto eu não vou obstaculizar, à semelhança que também já não obstaculizei no anterior mandato.” -----

Presidente da Câmara: “É um assunto que também não me sinto à vontade para lhe dar uma resposta concreta, mas poderei lhe responder por escrito, é algo que vamos analisar.” -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: “Como a Dr.^a Helena falou, no anterior mandato tudo o que era pedido pelas Juntas de Freguesias, da parte logística, nós recebíamos autorização ou não da parte da Câmara Municipal, depois era apresentado como tomada de conhecimento aqui na Assembleia Municipal, algo para funcionar mais rapidamente. Como hoje foi a tomada de conhecimento do apoio concedido à Junta de Albufeira e Olhos de Água. Nós fazemos qualquer pedido a nível logístico, pedido de autocarro, por exemplo, de cadeiras, de eletricitas, essas situações todas que nós fazemos para os apoios para as festas é concedido pela Câmara Municipal e depois é uma tomada de conhecimento aqui na Assembleia.” -----



Presidente da Câmara: “Mas queriam agilizar como? O que é que querem mudar?” -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: “Para não ser a Assembleia a autorizar ou não, para ser mais rápido, senão vou pedir para uma festa daqui a quinze dias e depois só vamos ter uma Assembleia passado um mês.” -----

Presidente da Câmara: “Vamos analisar a situação e tentar agilizar este tipo de situação, porque não faz sentido, como aqui foi dito pelos vários membros da Assembleia Municipal que intervieram, que realmente faz muito sentido passado duas ou três ou um mês vir aqui tomada de conhecimento, de algo que aconteceu. A tomada de decisão deve ser tomada na Câmara e depois informar.” -----

Helena Simões: “O que a lei diz é que, a deliberação tem de ser tomada na Assembleia Municipal. O que aqui se está a fazer é inverter, ou seja, a deliberação é tomada em sede de executivo e depois vem como tomada de conhecimento à Assembleia. A única coisa que eu referi foi que, no passado, isto já ocorreu, foi solicitado e concedido e na altura foi pedido, até se não me falha a memória pelo senhor Domingos Coelho, mas também não quero meter palavras na boca de ninguém, principalmente com este distanciamento. Foi trabalhar-se em criar alguns critérios, alguns procedimentos para que haja uma uniformização quer de atribuições às Juntas, quer de procedimentos das Juntas para com o executivo. Só vou deixar aqui uma ressalva e, isto é uma maldade minha mesmo, sendo ponto informativo e como na última Assembleia não me queriam deixar intervir no âmbito de um ponto informativo, só gostaria de clarificar que eu vou votar favoravelmente, mas depois não me vedem o direito da palavra, se eu tiver alguma dúvida na atribuição a uns em detrimento de outros. Agora foi uma mera piada face ao avançar da hora.” -----

Presidente da Assembleia: “Aquilo que ocorreu na última Assembleia não foi uma piada, foi efetivamente um lapso que o Primeiro-secretário na altura reconheceu.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Ausências: Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, António Maia, Helena Simões, Jorge Loureiro, Domingos Coelho, Alberto Saraiva, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Tiago Pais, Maria Isabel Rodrigues, Otelto Cabrita, Flávia Pereira, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do **Giro – Circuito de Transportes Públicos Urbanos – Comparticipação de valores atualizados de passes para o ano de 2026**, até ao limite de 440 000,00€; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



Nélson Cachita: “Acho eu que, sem querer estar a substituir ninguém, acho que, ninguém vai votar contra, mas gostaria de lembrar neste ponto a população de Paderne. Porque a população de Paderne, alguns até estão aqui presentes, vão votar favoravelmente a este benefício, mas não vão ter acesso a ele, porque de Giro em Paderne só conhecem o nome. O Senhor Presidente já na reunião que tivemos disse que, ia arranjar qualquer coisa, a questão é quando? Eu não quero nada, porque eu não vivo em Paderne, mas as pessoas de Paderne querem, ainda por cima como a estrada como está, está cada vez mais complicado ir e vir para Paderne.” -----

Presidente da Câmara: “Eu adivinhei logo a sua intervenção, fez muito bem realçar e valorizar que temos de resolver a situação de Paderne. Já tinha dito à senhora Presidente, na última reunião preparatória do orçamento que vamos testar, ainda não sei bem o quê, mas vamos testar um transporte para Paderne, para ver se se justifica ou não, para ver se funciona, se funcionar, se houver aderência iremos manter. Vai ter um custo? Vai, mas temos de dar o mesmo tipo de igualdade a todos os que vivem neste concelho, os que vivem à beira-mar e os que vivem mais no barrocal.” ----
Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: uma (01) Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: uma (01) Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -

Votos a favor: vinte e três (23) Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, António Maia, Helena Simões, Jorge Loureiro, Domingos Coelho, Alberto Saraiva, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Tiago Pais, Maria Isabel Rodrigues, Otelto Cabrita, Flávia Pereira, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia da Guia.-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, a Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:45 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Carla Vieira: “Sendo esta a última Assembleia do ano, em nome da bancada da coligação Albufeira é Tua e, em meu nome pessoal, desejo a todos um feliz Ano Novo, que o próximo ano seja próspero, que seja risonho e que o executivo nos brinde, como diz o colega Domingos Coelho que nos brinde com boas decisões e boas iniciativas para o bem comum, que Albufeira e os albufeirenses merecem esperança, merecem uma palavra de carinho, uma palavra de apoio, de amparo e que certamente conseguiremos levar isto a bom porto. Muito obrigado a todos e um feliz Ano Novo.” -----

Hugo Aires: “Na realidade, é exatamente dar continuidade a esses votos e desejar a todos nós que realmente tenhamos essa capacidade de levarmos isto na realidade ao melhor que possamos. Eu só queria fazer aqui um apontamento relativamente a algo que temos vindo a falar aqui, que era importante retermos esta frase, “o caminho faz-se caminhando.” -----

Helena Simões: “Eu vou completar, mas não se deve caminhar sozinho, por isso tem de se criar pontos, sinergias, diálogo, promover. Às vezes não interessa onde chegamos, interessa o caminho



que percorremos. Queria aproveitar o momento para desejar umas excelentes entradas a todos os meus colegas de bancada, munícipes, e gostaria de relembrar que por muito que às vezes nos gladiemos aqui e cá dentro, defendendo as nossas ideias políticas, estamos todos cá para um bem maior e o bem maior é Albufeira e da minha parte, pessoalmente, poderão sempre contar numa perspetiva construtiva para trabalhar por uma Albufeira melhor, para mim e para todos vocês.” -----

Desidério Silva: “Estamos a chegar ao fim de um ano, vamos ter um dois mil e vinte e seis muito exigente, não precisa explicar o que o meu ano de vinte e cinco foi terrível, mas qualquer das maneiras, o que eu desejo é que em termos da relação humana, daquilo que é o que cada um sente, cada um precisa, que tenham do melhor e que, obviamente, quer a Câmara Municipal quer esta Assembleia Municipal, independentemente como disse a Helena, destes ziguezagues, mas que quando é para ser útil que sejamos todos úteis e que Albufeira está acima de, enfim, todos nós juntos. Isso acho que nós já percebemos, o executivo já percebeu, nós na Assembleia também e quero desejar a todos umas boas festas, um feliz Ano Novo, e que o investimento de amanhã traga o tal retorno dos quinze milhões.” -----

Presidente da Câmara: “Quero vos agradecer pelas mensagens, pelas vossas intervenções, não podia deixar de vos dizer que em nome do município e também em nome dos meus vereadores e dos vereadores da oposição também, todos nós, vereadores, para vos desejar o bom Ano, com saúde, com paz, serenidade e esperança e que dois mil e vinte e seis seja um ano de trabalho, de soluções, proximidade, sempre ao serviço da terra e das pessoas que nos elegeram. E, que fique uma coisa bem clara, que a porta daquele gabinete está sempre aberta para vocês, tanto para vocês que são membros desta Assembleia, sejam de que partido for, considero-vos todos iguais, eleitos com a mesma firmeza e com a mesma democracia, como também está aberto para os albufeirenses que estão lá em casa. Ainda não comecei a receber as pessoas, mas vou começar agora já no início do ano, por isso, a porta está aberta. E quero-vos convidar, como é lógico, para amanhã estarem na praia dos pescadores para a grande Passagem-de-Ano que vai ser vai ser uma festa, levem as vossas famílias, será com segurança e com certeza que nos iremos todos divertir. Sejam bem-vindos.” -----

Presidente da Assembleia: “Antes de terminar a sessão, como Presidente da Assembleia e em representação da Mesa, quero também desejar a vocês um feliz Ano Novo, umas boas entradas e saídas para todos vocês e vemo-nos cá para o ano que vem. Obrigada a todos.” -----
Albufeira, 30 de dezembro de 2025 -----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____



Doc. n.º1

Proposta de ponto para a Ordem do Dia
(apresentado por escrito à Mesa da Assembleia Municipal)

Assunto:

Suspensão temporária da atribuição de apoios financeiros até à conclusão das auditorias à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia

Proposta:

Nos termos legais e regimentais aplicáveis, proponho que seja incluído na ordem do dia da próxima sessão da Assembleia Municipal de Albufeira o seguinte ponto:

Deliberação sobre a suspensão temporária de todos os apoios financeiros, subsídios, protocolos e comparticipações atribuídos pela Câmara Municipal de Albufeira e pelas Juntas de Freguesia a associações e clubes, até à conclusão das auditorias em curso, por razões de transparência, rigor e clareza perante todos os munícipes.

Fundamentação:

A presente proposta visa assegurar:

- A **transparência na gestão de dinheiros públicos**;
- A **confiança dos munícipes** nas instituições locais;
- A **garantia** de que a atribuição de apoios ocorre com base em critérios claros, legais e devidamente auditados;
- A **salvaguarda do interesse público** até à conclusão das auditorias à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia.

A suspensão terá **caráter temporário**, cessando automaticamente com a conclusão das auditorias e a apresentação pública dos respetivos resultados.

Proponente:

Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira
Membro da Assembleia Municipal de Albufeira
Independente
[30-12-2025]

Doc. n.º 2



DECLARAÇÃO DE VOTO- PONTOS 10 E 11- AM 30 DE DEZEMBRO DE 2025

A Bancada do Grupo Municipal- Coligação Albufeira É Tua, da análise criteriosa e cuidada do Orçamento para 2026 e GOP, constata que não se verifica nada de novo, muito pelo contrário, o Orçamento é muito semelhante ao de 2025.

A despesa com pessoal e administração pública no geral continua a ser uma fatia muito grande que absorve uma percentagem grande do orçamento e, que no próximo ano até tem um aumento considerável.

Verificamos também que existe um desinvestimento e até redução de verbas nas funções sociais no geral.

Por outro lado, continua-se a apostar na sub orçamentação e na contratação de serviços externos, pelos vistos e á semelhança do anterior executivo, a forma preferida das opções políticas também deste executivo.

No Plano Estratégico do Município de Albufeira, que até aparenta ser um plano com tronco e membros, não passa disso mesmo, pois não vemos qualquer alusão ou inscrição de investimentos concretos descritos neste plano.

Não vemos que este orçamento venha devolver aos Albufeirenses grandes melhorias ao nível de conforto e bem-estar.

Porém, não obstante este Orçamento e GOP não conterem os instrumentos e investimentos adequados às reais necessidades nas mais diversas áreas do concelho, pois já decorrem do mandato anterior, se forem executados na sua plenitude, veremos se haverá ambição e determinação heste executivo para avançar com projectos novos.

Estamos expectantes se, na 1ª revisão deste orçamento e com o saldo transitado para o ano 2026, este executivo terá coragem para colmatar as fragilidades acima identificadas.

Pelo exposto, a bancada do grupo municipal Coligação Albufeira É Tua, de forma responsável vota Abstenção porque é o primeiro orçamento deste executivo, considerado de transição e segundo alegam não houve tempo para análise mais profunda e criteriosa para apresentar melhor.

Albufeira, 30 de Dezembro de 2025

Rita
Cesário